

2.º CICLO DE ESTUDOS

MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E NO ENSINO SECUNDÁRIO

Se essa rua fosse minha:

O uso da toponímia no Ensino da História

Gabriel Magalhães Marques

M

2024



Gabriel Magalhães Marques

Se essa rua fosse minha: O uso da toponímia no Ensino da História

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Cláudia Sofia Pinto Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

Sumário

Declaração de honra	6
Resumo.....	7
Abstract	8
Índice de Tabelas.....	9
Índice de Gráficos.....	10
Lista de abreviaturas e siglas.....	11
Introdução.....	12
1.Enquadramento teórico	15
1.1. Definição de conceitos	15
1.1.1. Sobre património e cultura.....	15
1.1.2. Sobre toponímia	20
1.2. A questão identitária e a globalização.....	23
1.3. Ensino de História e património	27
2.Contexto escolar e enquadramento do estágio.....	34
3.Metodologia e instrumentos de investigação	35
3.1. Dos instrumentos da pesquisa	35
3.1.1. Questionário individual de aproximação com o tema toponímia	35
3.1.2. Trabalho em grupo	36
3.1.3. Reflexão crítica.....	37
3.2. Análise dos trabalhos apresentados.....	38
3.2.1. Questionário individual de aproximação com o tema toponímia	38
3.2.2. Trabalhos em grupo.....	47
3.2.3. Reflexão crítica.....	56
Considerações Finais	72
Referências Bibliográficas	75
Anexos	78
Anexo A – Primeiro questionário	79
Anexo B – Instruções para elaboração de atividade em grupo	81
Anexo C – Reflexão crítica.....	86

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório de estágio é de minha autoria e não foi utilizada/o previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) do presente relatório de estágio.

Viseu, junho de 2024

Gabriel Magalhães Marques

Resumo

Este trabalho apresenta uma investigação realizada sobre o contributo da toponímia local no desenvolvimento da consciência histórica em alunos do terceiro ciclo do ensino básico, a partir do estudo de eventos ocorridos em Portugal nos séculos XIX e XX.

Identificamos que o aprendizado através das características toponímicas da cidade de Viseu gerou interesse a medida em que os alunos realizaram um estudo biográfico dos laureados e apontaram no presente personalidades que aos seus olhos eram dignas de tal homenagem.

Sentimos que ao aprenderem sobre essas personalidades os alunos passaram a ter mais interesse pelo tema, pela matéria de história e pela própria cidade, o que se revela fundamental para a preservação da sua identidade, património e memória histórica face ao constante fluxo migratório.

Palavras-chave: educação histórica, toponímia, património, cultura, identidade

Abstract

This study shows an investigation that was made about the contribution of local toponymy in the development of historical consciousness in students in the third cycle of basic education as from the study of events that occurred in Portugal during XIX and XX centuries.

We identified that the erudition throughout Viseu's toponymics characteristics engendered interest as students worked on a biographical study of the laureates and proposed personalities from the present that were worthy of such tribute in their eyes.

We realised that the students started to show more interest in the subject and in the city itself when learning about those personalities. Which reveals it as being fundamental for preservation of its identity, heritage and historical memory in the face of the constant migratory flow.

Key-words: historical education, toponymy, patrimony, culture, identity.

Índice de Tabelas

TABELA 1 – PERSONALIDADES QUE SERIAM OU NÃO HOMENAGEADAS	48
TABELA 2 – SUGESTÃO DE NOMES PARA AS RUAS DA CIDADE DE VISEU	68
TABELA 3 – SUGESTÃO DE NOMES DO PRESENTE PARA AS RAUS DE VISEU.....	69
TABELA 4 – APROVEITAMENTO DA ANÁLISE NA ÓTICA DO ALUNO.....	71

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1 – RUAS COM NOMES DE PERSONALIDADES	39
GRÁFICO 2 – ALGUMA VEZ JÁ TE PERGUNTASTE QUEM TERÁ SIDO ESSA PESSOA?	41
GRÁFICO 3 – CRITÉRIOS PARA BATIZAR UMA RUA COM O NOME DE ALGUÉM	39
GRÁFICO 4 – GOSTARIA DE SER HOMENAGEADO TENDO UMA RUA COM O TEU NOME?	39
GRÁFICO 5 – NÍVEL DE CONCORDÂNCIA QUANTO AO MEREcimento DE HOMENAGEM	60
GRÁFICO 6 – NÍVEL DE CONCORDÂNCIA QUANTO A NECESSIDADE DE HOMENAGEM	39
GRÁFICO 7 – NÍVEL DE CONCORDÂNCIA QUANTO A IMPORTÂNCIA DE HOMENAGEM	392
GRÁFICO 8 – NÍVEL DE CONCORDÂNCIA QUANTO A PREVISIBILIDADE DE HOMENAGEM	393
GRÁFICO 9 – NÍVEL DE RECONHECIMENTO DA PERONALIDADE BIOGRAFADA	394

Lista de abreviaturas e siglas

FLUP FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

IPP..... INTRODUÇÃO À PRÁTICA PEDAGÓGICA

MEH..... MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA

ONU ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

UC..... UNIDADE CURRICULAR

UNESCO ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

Introdução

Este relatório de estágio foi realizado no ano letivo 2023/2024, no âmbito da unidade curricular (UC) de Iniciação à Prática Profissional (IPP), do 2.º ano do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário (MEH), numa escola em Viseu.

O tema de estudo desenvolvido com os alunos neste período foi o uso da toponímia como um recurso de ensino que, além de contribuir para a valorização da história local, sobretudo quando se comemoram os 125 anos da fundação da escola, possibilitou a interdisciplinaridade com aspetos relacionados com o património, cultura e identidade.

Ademais, a relevância do tema amplia-se na medida em que Viseu tem recebido um aumento expressivo de imigrantes, o que reflete consequentemente na entrada de alunos que desconhecem a história local. Este facto pôde ser identificado desde o início do estágio curricular quando muitos alunos se mantinham indiferentes até mesmo para com os personagens históricos de relevo nacional presentes nos manuais escolares.

Desta forma, e partindo do pressuposto que a consciência histórica dos alunos pode e deve ser desenvolvida, a toponímia mostrou-se um recurso de ensino que possibilita, entre outras técnicas, o reconhecimento da importância histórica na escolha das pessoas elegidas para nominar ruas, praças, escolas, etc.

Neste sentido, a memória histórica e o fortalecimento dos pilares da identidade local justificam a busca pela integração entre o ensino de história e a toponímia, de forma a contribuir com o dever cívico e respeito também ao património, cultura e identidade local, valorizando o presente por meio do reconhecimento dos feitos das pessoas do passado.

Considerando a sabedoria expressa por Agostinho de Hipona em sua máxima "[...] só se ama o que se conhece", foi imprescindível neste contexto que os alunos fossem instigados a pensar e a reconhecer quem foram as pessoas elegidas para a toponímia local e até da escola onde estudam, quais os seus feitos de maior relevância à época que marcaram a história, qual a natureza desta importância dada, se social, política, familiar ou até aleatória.

Entendendo ainda que como usufrutuários de tradições e costumes longínquos e enraizados, de conhecimentos há muito continuados no tempo, o estudo revela-se ainda uma possibilidade de resgate nos alunos do conhecimento da vida e história daqueles que nos precederam, mas que caíram no esquecimento, apesar das homenagens a eles prestadas, como no caso em questão, através da toponímia.

Este trabalho foi realizado no ano letivo 2023/2024, em uma instituição de ensino público, em Viseu. Na ocasião, fui professor estagiário na disciplina de História A de duas turmas de 11.º ano, que juntas perfazem 42 alunos. A oportunidade mostrou-se propícia para desenvolver este estudo de caso, que orbitou em torno dos temas: O liberalismo – ideologia e revolução, modelos e práticas nos séculos XVIII e XIX, e A civilização industrial – economia e sociedade; nacionalismos e choques imperialistas.

Este trabalho, realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, circunda em torno da seguinte questão: "Em que medida é que o conhecimento toponímico local pode contribuir para a consciência histórica dos alunos?" Para tanto, foram traçados alguns objetivos a fim de conduzir a uma resposta que satisfaça a questão acima. São eles:

- identificar se os alunos possuíam conhecimento prévio acerca da importância da toponímia local;
- demonstrar aos alunos a relevância das motivações históricas de elegibilidade de pessoas para toponímia local;
- indicar de que maneira esse conhecimento pode ser integrado nas aulas de História;
- refletir sobre a importância da toponímia local para o ensino de História e sua relevância no contexto da crescente imigração.

Como resultado de um trabalho sistematicamente desenvolvido e organizado, este relatório foi dividido em quatro capítulos principais: enquadramento teórico; contexto escolar e enquadramento do estágio; metodologia e instrumentos de investigação e, por fim, análise de dados.

No primeiro capítulo, foi realizada revisão bibliográfica com a finalidade de definir os conceitos de património, cultura e toponímia; refletir acerca da articulação entre identidade e globalização; e na relação entre ensino de história e património. Todos esses elementos estão dispostos ao longo de subcapítulos imersos de reflexões fundamentais para a construção das bases teóricas deste estudo e que possibilitaram fazer a análise dos dados obtidos no final.

No segundo capítulo, foi realizado um enquadramento do contexto escolar em que se deu o estágio. Inicialmente, tipificamos as turmas dando relevo a características gerais, como a divisão do número de alunos em salas, géneros e nacionalidades.

No terceiro capítulo, foram apresentados, de forma pormenorizada, os caminhos e instrumentos adotados os dados obtidos e as conclusões alcançadas, os quais julgamos que foram suficientes para responder à questão norteadora e aos objetivos elencados. Nosso projeto didático tratou-se de um estudo de caso composto por dois inquéritos e um trabalho realizado em grupo pelos alunos.

Finalmente, no quarto e último capítulo, foi feita uma análise pormenorizada dos resultados obtidos a partir dos instrumentos de investigação utilizados, as limitações que estes possam ter apresentado, bem como sugestões de como potencializar e articular o uso do património cultural local no ensino de História.

Os temas trabalhados neste estudo de caso são marcados pela intervenção tanto de civis quanto de militares que deixaram marcas profundas na história portuguesa e, conhecê-los mais a fundo tornou a matéria mais interessantes para os alunos. Além disso, estudar as suas biografias fez com que os discentes passassem a estabelecer critérios próprios para dar nomes às ruas, sinal claro do desenvolvimento de consciência crítica e histórica. Ademais, alguns alunos apontaram que o conteúdo lecionado passou a ser mais facilmente compreendido e fez com que se sentissem mais familiarizados com a cidade, não obstante houvesse entre os alunos quatro imigrantes. Restou, portanto, que os objetivos propostos para este trabalho foram alcançados ao mesmo tempo que foram apontadas soluções para potencializar a utilização da toponímia no ensino da História.

1. Enquadramento teórico

1.1. Definição de conceitos

1.1.1. Sobre património e cultura

Para limitarmos o escopo deste nosso trabalho, convencionou-se à partida conceituar os elementos intrínsecos ao tema do estudo que versa sobre a toponímia, sendo eles o património, cultura, globalização e identidade.

Partimos do pressuposto de que património não se trata de bens, direitos ou obrigações financeiras, mas sim um princípio que permeia a noção de continuidade, de transmissão e de herança inexorável à vida e natureza humanas. Também por isso, torna-se vulnerável à perda, no todo ou em parte, em virtude de diversos fatores (Mendes, 2012).

Por esta noção de suscetibilidade intrínseca ao património, em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), uma agência especializada das Organizações das Nações Unidas (ONU) que teve como objetivo constitutivo a conservação, progresso e difusão do saber e promoção, conservação e proteção do património.

Como desdobramento desta finalidade, a organização elaborou a “Convenção Sobre o Património Mundial” (UNESCO, 1972) com vistas a incentivar a preservação de bens considerados significativos para a humanidade, dito aqui patrimónios, agrupando-os em dois gêneros: o natural e o cultural.

O património natural é aquele formado por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas com valor do ponto de vista estético ou científico, por formações geológicas e fisiográficas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e com valor universal do ponto de vista da ciência ou da conservação e os locais de interesse naturais ou zonas naturais importantes para a ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972).

O património cultural constitui os monumentos, obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico; constru-

ções isoladas ou agrupadas; por locais de interesse humano, incluindo interesse arqueológico, todos eles com elevado valor para a história, a arte, a ciência, a etnologia ou a antropologia (UNESCO, 1972).

Em outra convenção, a Organização elaborou outro documento “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial” no qual destacamos a ideia acrescentada de património também como:

“[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural” (UNESCO, 2003, p. 3).

Desta forma, observa-se ao longo do tempo uma ampliação pela UNESCO das espécies de património, que além de inclusivo, evolui na mesma medida que o ambiente e contribui para promover um sentimento de identidade, de continuidade e de ligação entre o passado, presente e futuro dentro de uma comunidade que o cria e o transmite.

Logo, depreende-se que não há apenas uma, mas várias culturas e que estas estão associadas a diferentes locais em várias escalas. Mais ainda: cada uma está associada a um povo, uma civilização, resultando disso a constatação empírica de que no género humano há uma miríade de povos e por consequência de culturas, e que estas fazem parte da identidade tanto coletiva quanto individual das pessoas e, por essa mesma razão, devem ser salvaguardados.

Ademais, constata-se que o património pode tanto ser adquirido por um agente através de suas próprias contribuições quanto ser herdado. Fato é que para ser reclamado pela sociedade, esta deve estar em condições para reivindicá-lo para si – não tanto por vaidade, mas na busca de alcançar uma plenitude que o Homem, enquanto ser social, tanto almeja.

Nas palavras de Alexandre Herculano (1843, pp. 470-471) “uma geração não pertence unicamente a si, pertence ao pretérito cuja herdeira é, ao futuro, cuja testadora será”. Curioso notar, na perspectiva do renomado historiador romântico, que o direito de ser herdeiro de um património implica em se tornar um legatário daquilo que o ser humano,

enquanto indivíduo e enquanto sociedade, recebeu e haverá de produzir para as gerações vindouras.

Mais que isso, Mendes (2000, p. 13) demonstrou que o direito à herança é imposto já que “ao entrarmos no mundo partirmos, não do zero absoluto das demais espécies ou zoológicas, mas do pretérito atrás de nós acumulado.”

As conclusões do autor, inclusive, não gozam de uma constatação inédita ou exclusiva já que Ferreira, Barca & Alves (2020, p. 412) advogam no sentido de que:

“(...) uma sociedade que aprende é uma sociedade na qual quando alguém aprende algo, outro pode aprender mais facilmente, porque o primeiro documentou e compartilhou seus conhecimentos ou inovações. (...) Em vez de competir por conhecimento, devemos aprender a partilhar em rede para entreajudar, para cooperar para compartilhar (...). Então essa postura permitirá que possamos progredir e avançar.”

Ainda assim, o património cultural também está sujeito a ameaças internas. Um bom exemplo está contido na introdução da obra «Da alvorada à decadência» de Barzun (2003, pp. 15-16) segundo o qual:

“(...) a nossa cultura encontra-se nessa etapa recorrente em que, por boas razões, muitos sentem a necessidade de levantar um muro contra o passado.” Entretanto, para o mesmo “denunciar o passado não liberta o indivíduo dos seus ódios, tal como ignorar o passado não elimina a influência deste. (...) Compreender estas ligações é compreender também que os frutos da cultura ocidental – os direitos humanos, os benefícios sociais, a mecanização – não brotaram da terra como ervas daninhas; são obras de mãos e mentes inumeráveis.”

Convém ainda fazermos uma breve digressão sobre cultura. Preteritamente, há de se assumir que seu conceito é deveras complexo e lato, de forma que para melhor trabalhá-lo melhor será limitá-lo à necessidade do trabalho em vista. Muitos são os que se dedicaram a tal exercício e, por isso, consideramos dar destaque àqueles que mais se aproximam do nosso entender quando levado em conta o relatório presente.

Isto posto, havemos de considerar que não raramente os conceitos são explicados a partir de sinónimos. Cuhe aponta que para os iluministas franceses, em finais do século XVIII, cultura se torna

“a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história (...) a palavra é associada às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão que estão no centro do pensamento da época” (1999, p. 21).

Contudo, este mesmo autor enfatiza que o termo “civilização” entra em voga na mesma altura e acaba por ganhar ambivalência, gerando uma confusão – injustificada – com cultura, vez que esta sugeriria progressos individuais enquanto aquele, coletivos.

Por outro lado, naquilo que viria a ser a Alemanha, a diferenciação das duas palavras viria no antagonismo entre o campo material e o abstrato. Para os pensadores alemães

tudo o que é autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência, brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence à civilização. (ibidem, p. 25).

Portanto, percebe-se aqui que a classe burguesa alemã acabaria por estabelecer a diferenciação através do antagonismo entre superficialidade e profundidade, entre corte e burguesia, entre, futuramente, a nação francesa e alemã.

Quem viria a dar maior homogeneidade à discussão, estabelecendo uma conexão entre cultura e civilização sem, com isso, dissociá-las, seria o antropólogo britânico Edward Burnett Tylor no século XIX:

Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade (Apud LARAIA, 2001, p. 35).

No âmbito nacional, contemplamos uma definição mais recente, que é a apresentada por Silva (2000) nos seguintes termos:

Um autor como Eduardo Soveral, filósofo, acentua a noção de sentido que a cultura oferece à existência humana. Já as posições oriundas da sociologia

privilegiam as relações sociais e de reprodução [...] tendo em conta a complexidade do conceito e a variedade de posições, a melhor forma de tratar a cultura talvez seja a adopção de uma posição transdisciplinar (Apud MESQUITA, 2013, p. 10).

Já Alfred Kroeber (1876-1960) na posição de antropólogo, concluiu que é a cultura o fator primordial no estabelecimento de um extenso hiato entre o ser humano e os demais animais, uma vez que mais do que características genéticas, nos é possível herdar culturas alheias ao material genético recebido de nossos antepassados.

Sobre as conclusões de Kroeber, Laraia (2001) assevera que os comportamentos não são biologicamente determinados e herança genética não tem relação determinante sobre as ações e pensamentos, pois todos os atos dependem inteiramente de um processo de aprendizagem.

Resta da reflexão até aqui, de que a cultura pode ser transmitida dentro de uma sociedade, não havendo necessariamente algo que ver com a transmissão de genes, mas sim por meio da interação com outros seres humanos e que tal tradição pode ser feita de várias formas e em diversos contextos, sendo a sala de aula apenas mais um desses ambientes.

Não obstante, como é popularmente apontado, a cultura pode ser vulgarmente dividida em dois patamares hierárquicos: baixa cultura ou popular e alta cultura ou erudita. Ela abrange as mais diversas áreas da vida humana, seja enquanto indivíduo, seja enquanto sociedade e ajuda na construção de identidade e de valorização do património que, em associação com entidades governamentais passaram a classificá-lo das mais diversas formas.

Tanto assim é que Cuetos (2012, p. 13), de forma mais simples, mas sem por isso ser simplória, argumentou:

O termo cultura provém do termo latino *cultus* e embora inicialmente fizesse referência a atividade agrícola, agora a entendemos como o cultivo do espírito humano, das faculdades intelectuais do homem e sua definição tem mudado ao longo da história. Em sentido literal, cultura significa: cultivo, implica “o resultado ou efeito de cultivar os conhecimentos humanos e de se sintonizar por meio do exercício das faculdades intelectuais humanos”, segundo

o Dicionário da Língua Espanhola. Logo, nessa visão, que é a que muitos defendem, cultura coincide com a educação intelectual e moral e uma pessoa culta seria aquela que possui essa educação em elevado grau.

Dentro do contexto escolar no âmbito de sala de aula, optamos antes por uma definição mais sintética que vai, porém, mais ao encontro do nosso objetivo que advoga que a cultura é o que se obtém depois que se esquece tudo aquilo que foi aprendido (BARZUN, 2003, p. 17).

A razão disto reside no facto de os alunos, ao longo do ano letivo e de suas vidas escolares, guardarem consigo não mais que um resquício daquilo que lhes é ensinado, passando a ser um elemento constitutivo das suas personalidades e que tenderão a perpetuar e transmitir para as gerações vindouras e àqueles com quem entrarem em contacto.

Concluindo, resta claro que o património vem do passado e se projeta para o futuro e que, além disso, se revela indissociável da herança. Enquanto humanidade, constatamos quão ricos somos e torna-se inevitável que caminhemos sobre o fio da navalha ante duas tentações igualmente difíceis de realizarmos: empenharmo-nos em conhecer e reconhecer todo esse espólio de nossos antepassados – o que, invariavelmente nos pressionaria no sentido de orná-lo com igual qualidade àqueles que nos sucederão; ou simplesmente desdenharmos de tão rico património e nos dispormos a construir a partir de então.

Diante da inviabilidade e discordância com a última hipótese é que nos dispomos a valorizar o património e a cultura, assumirmos a consciência histórica adquirida, conhecer a herança da qual somos usufrutuários. Este é, inclusive, uma das motivações deste estudo realizado: trabalhar com os alunos a aquisição desta consciência histórica e valorização do património da cidade de Viseu, em particular por meio da educação histórica usando a toponímia como instrumento.

1.1.2. Sobre toponímia

Parece ser inerente ao ser humano dar nome às coisas. Tanto assim o é que o livro do *Génese* nas Sagradas Escrituras nos apresenta o Homem a nomear a cada um dos ani-

mais criados. Alegórico ou não, facto consumado é a necessidade – se não excentricidade – do ser humano em atribuir nomes seja ao que for e por qual motivo for sendo organizações, classificações e hierarquizações apenas alguns exemplos de razões. Dá-se nomes aos filhos, objetos, fenómenos, ações... e lugares. Daí surge a taxonomia e, espécie desta é a toponímia.

Esta trata de nomear lugares, de dar “nomes às coisas”, algo bastante “humano”, na medida em que revele a compreensão do ser humano acerca da sua realidade e do modo como entende o mundo. Na verdade, é natural que se dê nomes diversos a partir de conceitos geográficos inspirados em corpos celestes, vegetais e animais, acidentes de relevo e hidrográficos; conceitos antrópicos que sugerem nomes sagrados e conceitos culturais inspirados em movimentos históricos, vocábulos de aldeia, vila, povoação, títulos e dignidades bem como nomes próprios.

Logo, verifica-se quão importante é, no aspeto antropológico, dar nome às coisas e lugares. Ainda assim, uma análise acerca do tema é negligenciada em disciplinas que tratam sobre o léxico e também na cadeira de história fica patente um vácuo nesta área do conhecimento e conseguinte desvalorização dos discentes sobre o espaço onde suas vidas são talhadas.

Assim sendo, há uma multiplicidade de motivações por trás da nomeação de localidades e logradouros. Todavia, persiste a pergunta: por que se atribui nome de pessoas às ruas? A conclusão é que por vezes tal ação se dá por mera inspiração ou sugestão geográfica, mas por outras, o substrato está contido na admiração e na inspiração que certos homens moveram nos agentes que, comovidos ou admiradores de seus antecessores, prestam homenagens, legando à eternidade um nome que ecoara desde o passado.

Dessa forma, podemos conceber que a nomenclatura adotada em tempos antigos ao perdurarem no tempo tem conferido o valor de património e sua perduração aliada a manutenção do seu sentido e importância dão os contornos de consciência histórica. Se é necessário um motivo para se atribuir nomes às ruas da cidade, eis aí um justo e necessário.

Neste sentido, Ferreira, Barca & Alves (2020) desenvolvem a ideia de que é necessário manter o passado no cotidiano do público a fim de que venha a fazer parte da sua identidade, e aqui a localidade passa a assumir um papel estratégico ao garantir a possibilidade de que permaneçam vivas as memórias de todos aqueles que interiorizaram o seu sentido histórico.

Como já mencionado alhures, por meio da transmissão da cultura patrimonial, tornamo-nos herdeiros de uma rica tradição, palavra essa que sugere a ideia de transmissão, de entrega, sejam estas de objetos, cultura, património, desde que seja evidente a sua conservação.

Pinto (2011) aponta que o passado não pode ser modificado, mas o futuro, sendo incerto, é aberto e indeterminado, o que daria azo para a opinião atemporal de Chesterton (2013, n/p) de que se faz notar:

O futuro é um refúgio onde nos escondemos da competição feroz de nossos antepassados. São as gerações passadas, não as futuras, que vêm bater à nossa porta. (...) O futuro é uma parede branca na qual cada homem pode escrever seu próprio nome tão grande quanto queira. O passado já está abarrotado de rabiscos ilegíveis de nomes como Platão, Isaías, Shakespeare, Michelangelo, Napoleão. Posso moldar o futuro tão estreito quanto eu mesmo. Já o passado tem por obrigação ser tão amplo e turbulento quanto a humanidade.

São justamente os grandes feitos de indivíduos que tornam os seus nomes merecedores da permanência no presente mesmo muito após a sua partida; é o seu passado que os imortaliza e faz deles património e, por conseguinte, herança dos que vieram depois deles. Dessa maneira, não seria razoável que seus nomes permanecessem não só no imaginário popular, mas adquirissem uma característica metonímica, emprestassem seus nomes também as ruas onde andamos nas cidades que vivemos e que constituem parte da nossa identidade? É com este mesmo espírito que a escola onde se realiza o estágio carrega o nome de uma personalidade ilustre e que neste ano de 2024 comemora cento e vinte e cinco anos desde a sua inauguração.

Das diversas sendas que concorrem para a felicidade através do conhecimento, temos a percepção de que seria de grande valia a exploração da disciplina de história conjugada

com a valorização dos sujeitos que a compõem: os seres humanos. Soma-se a isso a necessidade de valorizar o regional face ao global, conforme exporemos mais à frente, pelo que a articulação de todo o conteúdo que os manuais escolares abrangem possam ir ao encontro do mundo concreto com o qual os discentes se defrontam no seu dia a dia.

Passamos a explicar: pertence a cultura geral o nome dos grandes homens da humanidade: Sócrates, Alexandre da Macedónia, Júlio César, Carlos Magno, Vasco da Gama, Napoleão Bonaparte e outros afora. O que buscamos é atomizar, restringir geograficamente a busca por grandes figuras que marcaram a história, que pisaram antes de nós nesta terra e viveram os tempos hoje impressos nos manuais escolares dos nossos alunos.

1.2. A questão identitária e a globalização

Mais do que sabido, é sentido e percebido o fenómeno da globalização. A partir do século XIX, a disseminação de caminhos de ferro, telégrafos, cabos submarinos e a evolução da imprensa e da engenharia, fizeram com que tanto pessoas quanto fatos e acontecimentos passassem a fluir com muito mais facilidade e vazão. Lugares antes de difícil acesso e quase inexpugnáveis foram dados a conhecer; mistérios e curiosidades que antes alimentavam o imaginário humano passaram a ser desvendáveis, a curiosidade sanada e o contato e a mistura inevitáveis com o advento da internet e dos satélites.

Tal qual na Química, esse processo tende à homogeneização da solução final dos agentes. Para os fins deste trabalho, estamos a dizer que as fronteiras, mais do que antes, passaram a ser em boa parte mera abstração, principalmente no Ocidente. A multiculturalidade tende a colmatar as diferenças entre elas, concorrendo para uma aproximação, um meio equidistante em que as diferentes culturas se identificam umas com as outras no presente ao mesmo tempo que se veem desenraizadas do seu passado, dado o afastamento deste e a convergência para as demais culturas contemporâneas.

Ocorre, entretanto, que tanto a identidade individual quanto a de grupo, se orienta pelo contraste face ao outro, ao diferente. Este é necessário para que possamos traçar a nossa própria personalidade (Pinto, 2011, p. 9).

Dessa maneira, mesmo que não seja estática, já que a cultura sofre mutações ao longo do tempo graças a tradição¹ seletiva dela, importa destacar que essa característica é comum a cultura de todos os povos, razão pela qual, em tese, eles jamais se nivelariam. Assim, o idioma, por exemplo, por mais que passe por alterações, mantém-se elemento identificador de uma sociedade e as alterações que a modificam não a contaminam, antes são por ela absorvidas e incorporadas (Dick, 1988).

Há outros autores que argumentam a favor do paradoxo de que por mais que a globalização deforme por aproximação as diferentes culturas, colocando-as em contato muito próximo e direto em um intercâmbio massivo, as identidades locais não sofrem prejuízo em detrimento de uma identidade mais alargada já que, por não ser um conceito restrito e fechado, está passível de mudanças consoante as experiências e meios nos quais um indivíduo esteja envolto.

Este é o caso de Miranda (2000, p. 83) ao argumentar que:

(...) paradoxalmente, a globalização vem fortalecendo a proliferação de identidades locais e, ainda que pareça utópico, a sociedade da informação que estamos ajudando a construir também pode dar espaço para culturas geograficamente isoladas (...) os povos modernos vivem a dialética da tradição e da tradução que persiste na conservação de suas raízes ao mesmo tempo que busca a transferência de sistemas simbólicos (de umas regiões para outras e também do exterior) que permitam acelerar seu próprio desenvolvimento social e cultural.

Isso porque o autor acredita que a transmissão maciça de informações ao invés de trazer homogeneidade às culturas diversas, ela faz com que as diferenças se cristalizem criando assim um agudizar de heterogeneidade nos mais diversos âmbitos: religioso, político e étnico, nacional entre outros.

¹ Tradição aqui entendida no sentido de transmissão.

Tal qual Miranda, Agier (2001) percorre a mesma senda, embora com nuances. Afirma que as culturas se mantêm apesar da globalização, mas se dissociam do território, de forma que as cidades se tornam a encruzilhada de várias identidades formando assim uma rede. Para ele, são as pessoas que, embora culturalmente diferentes passam a conviver em um espaço diferente do seu de origem. Ao carregar consigo o seu património cultural herdado, o indivíduo toma consciência histórica e, no contacto com outras culturas, agudiza o seu sentimento de pessoalidade que, como já antes invocado, está associado no contraste com o diferente. São as problemáticas nas relações duais entre lugar, identidade e cultura.

Basicamente, os grandes grupos identitários (classes sociais, religião, nacionalidade...) declinam e fragmentam-se enquanto florescem novas perspectivas a partir do atrito com estas. Graças a globalização, à medida que tal situação nos chega – facilitada pelos meios de comunicação em massa disseminados, tendemos a posicionar-nos gerando uma identificação com um lado e estranheza face ao outro. Esse fenómeno ao se alastrar em larga escala faz com que “uma certa uniformização avance: quanto mais nos diferenciamos, mais nos identificamos aos outros, que também estão se diferenciando” (Agier, 2001, p. 18). Assim, por exemplo, nascem identidades das quais são exemplo o afrodescendente, conservador, progressista, latino-americano e que não estão necessariamente ligadas a fronteiras geográficas ou administrativas “estreitas” como um município, um país ou até mesmo um idioma. É isso que, no nosso entender, põe em risco a história e a cultura local, desvalorizando-as.

Isso é constatado a nível económico como, por exemplo, no alastramento de empresas multinacionais dos mais diversos segmentos em todo o globo terrestre, na difusão de informação em tempo real por meio de telemóveis e redes sociais. Aqui, fazemos eco a opinião de Fuchs & Schütz (2017, p. 44), para quem

As transformações se mostram lentas aos olhos desatentos, no entanto, olhando com mais atenção é possível ver mudanças significativas na constituição da identidade, nas relações de consumo, nas relações sociais, nos modelos de vida, em relação ao trabalho e ao uso do tempo livre, além de ver nua e friamente as mesmas práticas, as mesmas queixas, os mesmos

produtos, os mesmos modelos de consumo, de falar e relacionar em toda a parte, salvo exceções que tendem a se rarefazer deveras.

De facto, nós nos atemos a corrente mais conservadora acerca deste tópico. Não se trata, deve-se deixar bastante claro, de uma defesa pelo isolacionismo que paralisa e esteriliza. Em verdade, uma vez mais fazemos coro a Pinto (2011, p. 10) ao concordamos quanto a multiplicidade identitária e que, enquanto individualidades, estas são formadas na medida da interação do sujeito com o espaço ao longo do tempo.

Tanto assim é que, nesse sentido, as pessoas que emprestam seus nomes às ruas da cidade também confiscam no imaginário das pessoas uma parte daquilo que gera nelas um elemento de identidade. No caso de Viseu, a imagem mítica de Viriato, rebelde celtibero que participou da resistência ao domínio dos romanos sobre a península ibérica trouxe aos locais uma identificação tamanha que seu nome é ainda recordado no hino da cidade que a ele se refere como o “alvor, do lusitano valor/ desse general pastor que se chamou Viriato.”

Essa identificação, entretanto, em nada descarta ou constrange a identificação de Portugal como território romano, contrastando-o com o dos povos tidos como bárbaros. Notamos, portanto, útil resgatar a ideia de que “os mitos de autenticidade, a visão cristalizada do passado, as representações estereotipadas das diferenças culturais, estão muitas vezes presentes nos debates sobre o património e exprimem ideias nostálgicas ou identidades exclusivistas das sociedades (Pinto, 2011, p. 15) o que torna o debate sobre património, história e identidade necessário.

O passado é um elemento de distinção entre os povos que é revalorizado em um mundo globalizado, torna-se “essencial para o nosso sentido de identidade; a segurança do ‘eu fui’ é um elemento necessário para a segurança do ‘eu sou’. A capacidade de nos identificarmos com o nosso passado dá sentido, propósito e valor à existência” (ibidem, p. 19).

Acresce a isso reconhecermo-nos como seres únicos face aos nossos iguais, e junto destes acabaremos por encontrar elementos de coesão suficientemente nítidos para distinguir-nos do “estranho”. Tal comparação é cabível na própria constituição que reconhece a cidadania portuguesa através do *jus soli* ou *jus sanguinis*. Esses elementos

é que tornam, desde a base, o português diferente, por exemplo, do espanhol, embora ambos se reconheçam como ibéricos.

A dinâmica acima elaborada pode ser atomizada a maiores escalas geográficas sendo este um dos intuitos deste trabalho: reconhecer e valorizar o património, a identidade e a cultura viseense por meio do ensino da história e da toponímia. Sendo Portugal um país de emigrantes, mas também de imigrantes, convém educar, ensinar o “forasteiro” acerca da cidade para a qual ele vem, a fim, inclusive, de que ele melhor se ambiente e adapte-se aquela nova realidade; para que melhor se integre no seio da comunidade que o abraça e passe a se fazer sentir membro pertencente daquela unidade regional/local. Na mesma medida, devem também os naturais preocupar-se em auxiliar nesse sentido para que passe aquele também a valorizar a localidade, a sua história, o seu património e, por conseguinte, a sua cultura.

Trata-se de disseminar a ideia aludida ainda no início deste trabalho de que “só se ama aquilo que se conhece”. Logo, resta claro não se tratar de um fechar de fronteiras ou forçar que o emigrado abdique de sua identidade em detrimento de outra a lhe ser imposta, mas de integrá-lo na cultura do local onde ele passa a integrar.

1.3. Ensino de História e património

A disciplina de História tem por excelência o passado como campo de estudo, sendo seu objeto as ações do Homem em tempos idos. Essa dinâmica, aliás, é o pano de fundo da transmissão cultural e patrimonial da qual somos herdeiros.

Também já aludimos à importância de se prestigiar a história regional face ao mundo globalizado no qual hoje a humanidade se encontra inserida. Dessa junção de elementos, advogamos a favor da necessidade de se utilizar o património local no ensino da História, não somente pela didática que lhe é particular. A ideia em si não traz nenhuma novidade, mas goza do reconhecimento da sua contribuição por nomes ilustres. Ferreira, Barca e Alves (2020, pp. 414-415) assumem que:

Atribuir significância histórica quer aos acontecimentos históricos locais, quer às personagens e aos períodos históricos, incentiva os alunos a uma aprendizagem mais relevante e a uma consciência histórica mais ativa e interventiva na sociedade do presente.

Ora, a importância do património só pode ser valorizada a partir da compreensão histórica que deve ser estimulada no aluno. *Pari passu*, sendo as turmas envolvidas neste trabalho adolescentes de duas turmas de décimo primeiro ano (a serem mais detalhadas n Capítulo 2) com idade entre os 16 e os 18 anos, tendem eles a padecer de uma peculiaridade inerente aos jovens já apontada por Carvalho (2013, n.p) que elucida, grosso modo, que a:

(...) incapacitados para perceber as mais óbvias realidades, se creem investidos do direito divino de julgar todas as coisas, homens e fatos. Além do conhecimento, falta-lhes às vezes até aquele mínimo de integração da consciência, sem o qual um sujeito não pode sequer argumentar de maneira razoável.

Tal afirmação trata-se antes de uma constatação do que uma crítica, deve restar claro, mas que só reforça a necessidade de imbuí-los da compreensão histórica, ou seja, “reconhecer que aquilo que somos o devemos ao nosso passado e que, se deveras nos queremos conhecer, precisamos previamente integrar em nós esse passado do qual dependemos” (Mendes, 2012, p. 15).

Há de se reforçar ainda que, muito embora sejam as escolas espaços de socialização e aquisição de conhecimentos, elas não devem carregar sobre si a exclusividade dessa responsabilidade – que é em simultâneo uma honra. Esse papel deve ser delegado às cidades como um todo, uma vez que a educação é um processo constante da vida humana, não estando radicado apenas a fase escolar de nossas vidas, conforme conclui a carta das cidades educadoras (UNESCO, 2020).

Nesta carta foram traçadas a perspectiva de crescimento das cidades ao longo do tempo e, por conseguinte, um aumento em sua diversidade o afluxo de pessoas de diferentes regiões e países confluindo em um mesmo polo de atração, de forma que “as Cidades Educadoras se sentem portadoras do ideal de inclusão, acolhendo cada pessoa como ela é” (ibidem, p. 7).

Acerca desse facto, o município de Viseu é uma das muitas do país que goza do estatuto de cidade educadora e desempenha bem seu papel de promover nos cidadãos como um todo a consciência de serem eles membros de uma comunidade “capaz de conviver na

diferença, de solucionar pacificamente os seus conflitos e de trabalhar ‘pelo bem comum’” (ibidem, p. 4).

Isso pode ser observado, por exemplo, na iniciativa da Câmara Municipal com o desenvolvimento e aprovação do projeto Viseu Educa que representa um programa de promoção educativa, combate ao abandono escolar, diversificação de qualificações culturais e desportivas, formação da cidadania e inclusão social, sendo a responsabilidade da sua execução partilhada pelo município e por todos os agentes do sistema educativo, sobretudo as escolas.

Neste sentido, o ensino de História não deve ficar restrito ao espaço de sala de aula ou, em maior medida, ao ambiente escolar, mas deve permear o espaço urbano por meio do património conservado e restaurado.

Da mesma forma, o ensino da disciplina não deve se limitar à pessoa do docente que, ao mesmo tempo em que permanece sendo o orientador, deve se valer de todos os meios ao seu alcance para cativar o aluno. Isso inclui o manual estipulado pela escola, recursos audiovisuais, tecnológicos, artísticos e patrimoniais, o qual neste estudo focamos na espécie cultural por meio da toponímia local.

Numa visão mais utilitarista, dar nome aos locais serve para marcar lugares e utilizá-los como referências geográficas. Alargando nossa visão e livrando-nos de tão mesquinha razão, conhecer a toponímia pode despertar a consciência histórica dos alunos, até mesmo porque deve-se compreender que tudo tem uma origem, inclusive os nomes. Por que, devemos nos perguntar, foram dados aos logradouros os nomes que têm? Tratando-se de pessoas, os grandes agentes de mudança do curso de outras vidas, o que terá motivado a perpetuação de seus nomes mesmo após sua partida?

É justamente esta possibilidade de eternidade dos nomes face à perenidade dos corpos que permitiu a Shakespeare (1880) discorrer em seu livro “Hamlet” escrito originalmente por volta de 1600, reflexões sobre Alexandre Magno que viveu entre 356 a.C. – 323 a.C.

Embora vivamos na sociedade líquida (Bauman, 1999), admitimos que pouco ou nada deve haver mais interessante do que um outro ser humano, cada um carrega em si um

universo que uma só vida não seria o bastante para conhecê-la. Homens nos causam admiração, repúdio e inspiração.

Sobre eles escrevemos biografias, erguemos estátuas, assumimos símbolos, guardamos seus manuscritos, conservamos os bens que usaram e sobreviveram a eles, os temos em nossos manuais escolares e batizamos nossos filhos com seus nomes e buscamos eternizá-los com instituições – tal qual é o caso da escola onde o estágio desenrolou-se.

À medida que muitos ganham relevo perante os nossos olhos, outros esmorecem e caem no esquecimento, dando razão a elegia da Filosofia:

Vós estais, portanto, condenados a um total anonimato:

Vossa efémera fama não vos torna conhecidos.

E, se pensais em prolongar a vossa vida

Pelo brilho de vossos nomes mortais,

Quando a reputação cair no esquecimento

Tereis morrido por uma segunda vez (Boécio, 2016, n.p).

Ainda assim, os nomes perduram e chamam os nossos que quando nos deparamos com eles logo perguntamos quem são. A resposta a esta questão pode gerar em nós sentimentos diversos, nos levar a ponderar, meditar sobre eles e, consequentemente, gerar em nós uma reflexão e autocrítica que, quando negada, nos coloca no dilema da personagem Dorian Gray, de Oscar Wilde, que em sua negação acerca do autoconhecimento acarretou num trágico fim.

Foi ainda Chesterton (2013, n.p) que preconizou:

“(...) o homem só pode encontrar vida entre os mortos. Ele é um monstro disforme com os pés virados para a frente e o rosto para trás. Pode criar um futuro luxuoso e gigantesco, contanto que pense no passado.”

Em um viés menos literário e mais científico, Schimdt e Urban (2016, p. 20) alegam que “sem o conhecimento histórico, os indivíduos tornam-se mais vulneráveis à manipulação política ou outra”. Estar em contacto com a biografia das pessoas que dão nome às ruas de Viseu gerará naturalmente – espera-se –, o desenvolvimento também de empatia e perspetiva sobre os alunos envolvidos no projeto. Nesse sentido, Pinto

(2019, p. 12) enfatiza que “proporcionar aos jovens o contacto directo com diferentes tipologias de património, fomentar a sua leitura a níveis cada vez mais exigentes, são práticas educativas com enormes potencialidades”.

Ao falar sobre a especialidade no campo de estudo, Sertillanges (2016) assegura que se muito aprofundada, ela tende a afunilar a capacidade de entendimento do indivíduo. De forma análoga, advogamos, tal qual Sodré e Brito (2020) que a história local não deve ser vista de forma isolada, mas perspectivada, até mesmo porque ela sempre concorreu com todos os eventos contemporâneos a ela, fossem eles de pequena ou grande monta.

Se não dão os alunos azo a este argumento, concordariam eles com Vasconcellos (1911, p. 380) que adota um tom mais conservador acerca da razão por trás dos nomes das ruas e que passamos aqui a transcrever? Discorre o autor:

ao passo que ha por todo o reino ruas e praças dedicadas a individuos que ninguem conhece, ou que gozaram só de gloria local ephemera, ou que mesmo até foram nocivos, fallecem-nos denominações importantes. Onde são em Lisboa as ruas ou as praças de Macao, de Goa, de Dio, de Angola, ou de João Pedro Ribeiro, de D. Francisco Manoel de Mello, de Antonio Ferreira, etc.? O povo, repetindo esses nomes, habituar-se-hia a conhecer e a respeitar a historia. [...] observarei que os nomes antigos se correlacionam amiadadamente com factos notaveis, que não devem ser esquecidos. Ha em Lisboa uma Rua da Fonte Santa, nome que se mudou em de Possidonio da Silva. Sem dúvida Possidonio foi um benemerito da patria, a quem a Archeologia nacional muito deve, mas podia o seu nome ser imposto a uma rua nova, isto é, ainda innominada, e conservar-se o de Fonte Santa, que se liga a concepções mythicas e religiosas da antiga Lisboa, da Lisboa prè-christa. Estas substituições, porém, são por via de regra intempestivas, porque o povo, na sua prudencia secular, despreza as appellações camararias, e continúa a adoptar as que elle já conhecia, herdadas de seus avós.

As personalidades que propusemos que os alunos viessem a conhecer na cidade de Viseu gozam de diferentes graus de notoriedade e a pergunta a ser feita é se isso é um equívoco. Nesse sentido, a própria Carta das cidades educadoras traça como papel da

educação o desenvolvimento de reflexão, pensamento crítico e capacidade de compreensão de problemas complexos (UNESCO, 2020, p. 5).

O enfoque deste trabalho surge com um ponto de vista diferente do habitual. A nossa preocupação está amparada na constatação de que Viseu é, em Portugal, uma das cidades que mais recebem imigrantes de origem brasileira.² Assim, consideramos importante para os imigrantes conhecerem o património local e, por consequência, reclamassem a herança cultural inerente ao espaço.

Como Soares notara há muito (2003), o ressentimento por parte do “Brasil” em relação a “Portugal” é grande dada a construção do passado histórico entre os dois países, sendo que esse estremecimento já era constatado por grandes personalidades como Eduardo Lourenço.

Machado (2018, p. 128) rasteia a sua origem até os movimentos políticos brasileiros do século XIX, quando se inicia a perpetuação do estereótipo do português ganancioso e explorador que, em sua ambição, excluía o brasileiro da prosperidade comercial. Nessa esteira, assumimos como curiosa a perspetiva do brasileiro médio contemporâneo para com Portugal: ao mesmo tempo que, de forma tacanha, atribui ao seu passado colonial os males dos quais padece na atualidade, vê no país lusitano a possibilidade de uma vida melhor graças. Apontam para isso a constatada melhor qualidade de serviços públicos, segurança e educação.

Por parte do português médio, verifica-se um ressentimento pela onda migratória brasileira (a que alguns, a nosso ver, exageradamente, chamam de xenofobia) por “tomar” empregos aos autóctones, embora também traga consigo investimentos e novas relações entre povos e permite contacto com uma cultura que é – por vezes a contragosto – bastante apreciada.

Dessa forma, a fim de proteger o património, a herança e a identidade da cidade de Viseu e salvaguardar a sua história, é imprescindível, à medida em que as portas se mantêm abertas, educar aqueles que a ela são atraídos para que, conhecendo-a, seus

² Região Viseu Dão Lafões onde a comunidade brasileira mais aumentou na última década – [Em linha], atual. 18 dez. 2022. [Consult. 17 jan. 2024]. Disponível em WWW:<[URL:https://jornaldocentro.pt/noticias/diario/regiao-viseu-dao-lafoes-onde-a-comunidade-brasileira-mais-aumentou-na-ultima-decada](https://jornaldocentro.pt/noticias/diario/regiao-viseu-dao-lafoes-onde-a-comunidade-brasileira-mais-aumentou-na-ultima-decada)>.

personagens, seus recantos e costumes (sua cultura, portanto), possam preservá-la e incrementá-la, mantendo assim sua qualidade anterior e motivo pelo qual a ela foram atraídos um dia.

2. Contexto escolar e enquadramento do estágio

Considerando a necessidade de estabelecer uma amostra que atendesse aos objetivos deste estudo, optamos por trabalhar com uma parcela dos alunos da ESEN que fizeram parte do estágio supervisionado. Isto porque, em que pese o professor cooperante ter sido responsável por três turmas, sendo uma delas de 28 alunos do 9.º ano e as demais de 42 alunos todos do 11.º primeiro ano, percebeu-se a maior viabilidade de atingir aos anseios deste estudo trabalhando somente com os alunos do ensino secundário.

Vários fatores influenciaram esta decisão: a quantidade de alunos do ensino secundário era substancialmente maior e a idade média deles, em torno de 16 anos, pressupunha a maturidade e consciência histórica refinadas. Além disto, a distribuição de carga horária do professor cooperante³ com as turmas do ensino secundário era muito maior, o que favoreceu, na mesma medida, que tivéssemos mais tempo e frequência de contato com os alunos para desenvolver a pesquisa realizada.

Relevante destacar que na amostra tínhamos 38 alunos portugueses e quatro imigrantes, sendo um angolano e três brasileiros, o que demonstra a presença de diferentes nacionalidades no contexto do ensino escolar local e foi, como relatado na introdução deste estudo, uma das motivações para a escolha da temática desenvolvida.

³ As turmas de 11.º ano tinham, semanalmente, uma carga horária de duzentos e setenta minutos de história, distribuídos em três aulas de noventa minutos. Já o 9.º ano estava limitado a noventa, em dois momentos de quarenta e cinco minutos.

3. Metodologia e instrumentos de investigação

Compreendemos que para chegar aos resultados esperados com este estudo seriam pertinentes dois momentos com os alunos: primeiro, a introdução da temática da toponímia a partir da realidade e do cotidiano deles para familiarização com o património local e, em seguida, a utilização de questionários sistematizados com questões fechadas e abertas que vinculavam a toponímia com os personagens do período histórico temporal que eles estavam estudando no ciclo essencial.

Desta forma, elaboramos questionários com vistas a reunir dados que demonstrassem o conhecimento dos alunos acerca da toponímia das ruas onde residiam e de suas cercanias. Posteriormente, realizamos trabalhos em grupo e individuais com o objetivo de instigá-los a identificar e refletir sobre a biografia de personagens específicos, e avançamos para identificar quais referências contemporâneas eles adotavam como protagonistas na escolha dos personagens que dariam nome às ruas da cidade.

3.1. Dos instrumentos da pesquisa

3.1.1. Questionário individual de aproximação com o tema toponímia

O primeiro questionário (anexo A) foi aplicado com os alunos participantes no dia 20 de fevereiro de 2024 em sala e durante a ministração da aula de história. Neste havia duas questões fechadas, com opção de resposta do tipo “sim” ou “não” e outras sete abertas, com opção de resposta do tipo discursiva. Todos os questionamentos foram intencionalmente elaborados de forma que uma resposta conduzisse logicamente à pergunta subsequente e, desta forma, pudéssemos obter o máximo de dados para análise.

Os alunos foram previamente orientados quanto ao tema da pesquisa e tiveram conhecimento de que a atividade não possuiria carácter avaliativo, o que foi prontamente aceite por todos, que participaram de forma livre e espontânea deste primeiro momento da pesquisa que teve duração aproximada de 40 minutos.

Didaticamente, expomos o escopo do trabalho, fizemos a leitura prévia do excerto de Gilbert Keith Chesterton – transcritos neste trabalho nas páginas 22 e 30 – como uma estratégia motivadora para os alunos refletirem sobre o legado dos grandes nomes do

passado em diferentes áreas e como, por comparação, eles devem servir-nos de inspiração ao invés de repulsa e, por fim, aplicamos o questionário de forma individual.

Conforme explicado, por ser uma primeira aproximação dos alunos com a temática, julgamos que uma abordagem mais tangível e factual atrelada ao cotidiano era mais viável. Assim, as questões elencadas foram baseadas em identificar a toponímia das ruas onde os participantes residiam, o que se mostrou um dado muito relevante na medida em que muitos alunos verbalizaram que nunca antes haviam refletido sobre a importância da toponímia do local onde moram.

3.1.2. Trabalho em grupo

Ainda no primeiro período escolar, como método avaliativo foi passado aos alunos a realização de trabalhos em grupo cujo tema era “A implantação do liberalismo em Portugal”. Diferente da etapa anterior, nesta houve o carácter avaliativo da atividade conforme as instruções passadas (anexo B). Isto porque optamos por realizar uma abordagem investigativa que vinculasse os temas dos grupos aos personagens mais marcantes daquele tema.

Os alunos dividiram-se autonomamente em grupos de três elementos, e escolheram os temas previamente propostos, a saber:

- Os antecedentes da revolução e a conjuntura revolucionária (1806/7-1820);
- O eclodir da revolução liberal de 1820 e a Constituição de 1822. O triunfo do vintismo;
- A independência do Brasil – A conjuntura de 1807 a 1822;
- A resistência ao liberalismo. A Contrarrevolução e a Carta Constitucional
- A resistência ao liberalismo. O regresso à monarquia absoluta e a guerra civil. A vitória definitiva do liberalismo;
- A revolução de setembro de 1836 e a atuação do governo Setembrista.;
- O cabralismo e o regresso a Carta Constitucional.

Para a realização deste trabalho escolar, os alunos utilizaram tanto os manuais quanto outras fontes históricas, sendo parte dele realizado em sala de aula, momento em que

foi possível aprofundar conceitos e balizas históricas como causa e consequência, personagens e objetos, tempo e espaço, entre outros fundamentais ao desenvolvimento do ensino.

Como resultado, os alunos entregaram os trabalhos no final do período seguinte, em recurso digital, ficha de revisão, poster e também por meio de representações teatrais que foram de extrema importância, pois possibilitaram a prática daquilo que foi aprendido por eles. Além de propiciar bons momentos de descontração e interação entre a teoria e a prática, tão essencial para a educação.

De forma concomitante, acrescentamos a partir daqui o elemento mediativo entre o que foi aprendido e a toponímia dos personagens do período estudado, de forma que os alunos passassem a responder às questões abaixo, conforme as instruções para elaboração de atividade em grupo:

- Se te fosse atribuído o encargo de dar a um logradouro (avenida, rua, largo, praça...) com o nome de um dos personagens estudados, a quem seria? E a quem você negaria esse préstimo? Por que razões?
- Faria isso com uma das ruas da cidade de Viseu? Se sim, qual? Se não, atribuiria a alguma outra cidade do país?
- Que critérios utilizaria (dimensão ou importância da rua, relação do local com a história)?
- Na sua perspectiva, considera importante para um imigrante saber quem foi alguma das personagens trabalhadas pelo seu grupo, que ajudaria a melhor conhecer Portugal e sua História? Vê nisso alguma importância ou é indiferente? Justifica.

Esta etapa da pesquisa estendeu-se de 08 de abril de 2024 a 22 de abril de 2024 onde os grupos tiveram tempo suficiente para refletir sobre o tema proposto, pesquisar e elaborar as suas respostas com os demais colegas de grupo e, por fim, entregá-las ao professor cooperante.

3.1.3. Reflexão crítica

Para este último momento, mantivemos os grupos do trabalho anterior e pedimos que desenvolvessem uma pesquisa biográfica de uma personalidade que dá nome a uma das ruas das cercanias da escola, o que deveriam fazer de forma a identificar data e local de nascimento e morte; grupo social ao qual o biografado pertencia; seu ofício ou ocupação; o período histórico por ele vivido; se teve contacto com outras personalidades conhecidas pelos alunos e opinião sobre os feitos e contribuições relevantes na vida e refletidos na história.

Utilizamos novamente a aplicação de um questionário em sala de aula na data de 20 de maio de 2024 precedido de um momento motivacional realizado pelo professor cooperante, sendo feito de forma direta e conclusiva na medida em que os alunos além de esperar os feitos passados pudessem também eles ser os protagonistas do presente. Desta forma, foram instados a responder se concordavam ou não com as homenagens identificadas por meio da toponímia pesquisada e, além disto, deveriam projetar personalidades contemporâneas que na opinião deles poderiam ser laureadas de igual maneira em razão de seus contributos históricos.

Esta atividade foi realizada em sala de aula sendo o levantamento e elaboração de poster com os resultados obtidos entregues dentro dos noventa minutos disponíveis para tal fim. Já o questionário foi entregue na aula subsequente devidamente preenchido pelos alunos.

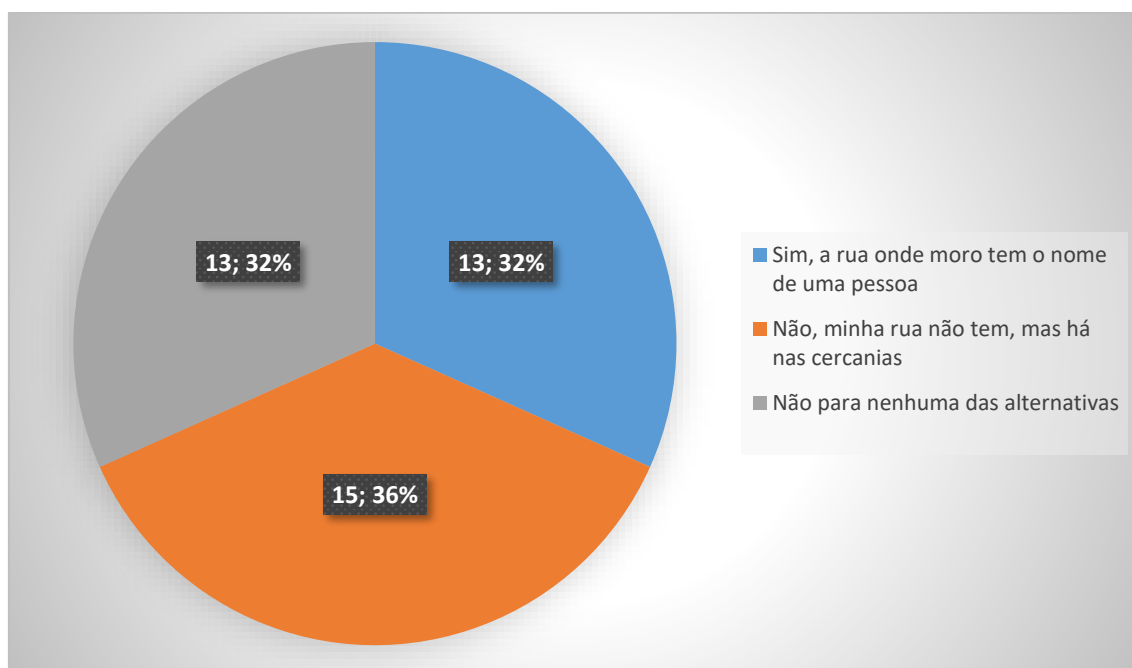
3.2. Análise dos trabalhos apresentados

3.2.1. Questionário individual de aproximação com o tema toponímia

Este foi composto por um conjunto de nove questões, conforme já descrito na metodologia deste estudo, e obtivemos a participação de 41 alunos. Inicialmente, o nosso objetivo era saber se o local de residência dos alunos tinha o nome de uma pessoa. Na eventualidade de uma resposta negativa, estendemos a pergunta para ruas ao redor.

As respostas obtidas foram:

Gráfico 1 – Ruas com nomes de personalidades



Fonte: elaboração própria.

Observamos que a maior parte dos participantes (64%) ou mora em uma rua com o nome de uma pessoa, ou reconhece haver ao menos um logradouro próximo com um antropotopônimo.⁴

Considerando que as perguntas subsequentes estavam relacionadas e condicionadas pela positiva ou negativa dos dados acima referidos, o inquérito restou prejudicado pelo facto de quase um terço da amostra ficar impedida de responder as indagações que tratavam sobre:

- Alguma vez já te perguntaste quem terá sido essa pessoa?⁵
- Essa pessoa faz jus à homenagem recebida?
- Achas que é importante saber quem é ou foi essa pessoa? Justifica.

Feita esta ressalva, tendo em vista a proteção de dados e a preservação do anonimato dos estudantes envolvidos, não buscamos saber junto deles o nome dos logradouros de suas residências ou do meio envolvente. Ainda assim, em virtude de ser uma pergunta

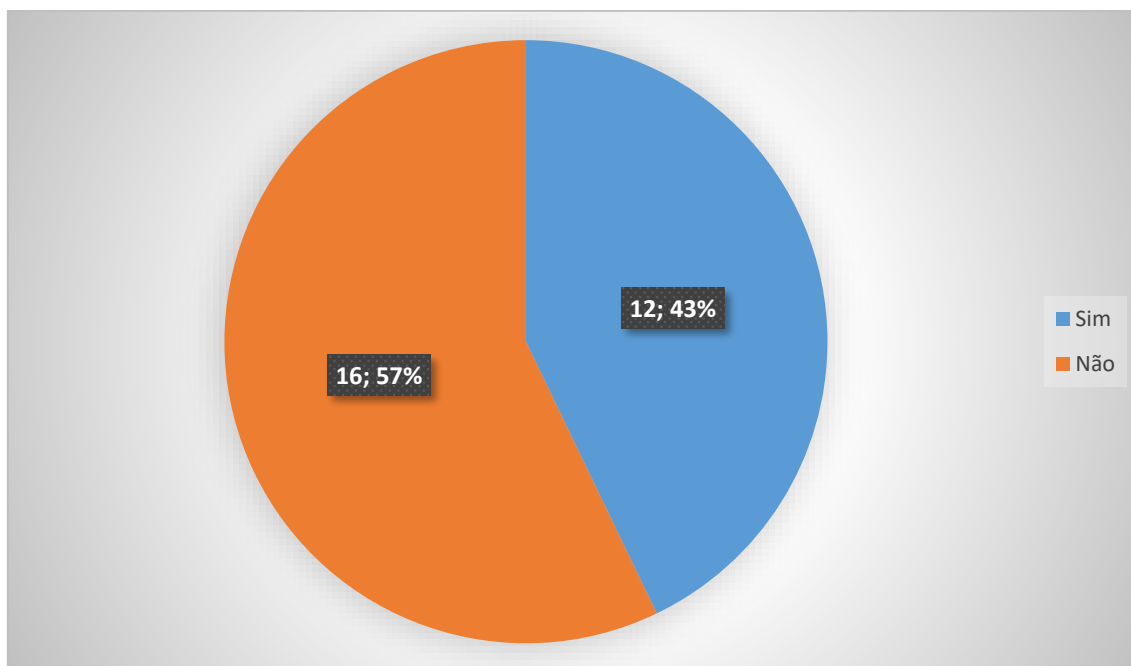
⁴ “Topônimo referente aos nomes próprios e individuais”, cf. tabela em Keller & Leão, 2020, p. 5

⁵ Esta pergunta era fechada e comportava apenas as possibilidades de ser respondida com “sim” ou “não”.

aberta, alguns revelaram os nomes de ruas ao redor, a partir do que pudemos encontrar que a maioria delas são hagiotopónimos, ou seja, aludem aos santos e santas do hagiólogo romano, como é o caso de, por exemplo, São João, Santo António e Nossa Senhora de Fátima. Verificamos também historiotopónimos (Luís de Camões) e antropotopónimo (Luís Coelho e Azeredo Perdigão).

Na sequência, os alunos foram indagados em questão fechada se já tiveram a curiosidade, interesse em saber quem era aquela figura. Há de se considerar, ressaltamos uma vez mais, que o facto de 13 alunos (32% da amostra – conforme Gráfico 1) não residirem em uma rua com o nome de uma pessoa e não haver ou desconhecer se há alguma ao redor de sua casa, a amostra tornou-se reduzida, mas não coibiu o levantamento de dados. A resposta obtida foi de que a maior parte deles (16 dos 28 discentes) alegou nunca ter tido qualquer dúvida sobre.

Gráfico 2 – Alguma vez já te perguntaste quem terá sido essa pessoa?



Fonte: elaboração própria.

Daqueles que responderam na positiva, doze alunos, seguiu-se se, em suas opiniões que a personalidade fazia jus à homenagem recebida. Entre respostas lacônicas, algumas foram bastante significativas, nomeadamente duas que se referem as personalidades em questão como sendo alguém:

“[...] que se destacou por características humanistas de solidariedade e por um apoio popular”.

“[...] essa pessoa foi o engenheiro que construiu a rua, logo essa homenagem é merecida”, bem como “[...] tem relevância no local em questão e destacou-se pelas suas atitudes na comunidade”.

Simultaneamente, duas alegaram não saber se a personalidade em questão fazia jus à honra e uma terceira aludiu pouco saber sobre a pessoa além de seu ofício enquanto escritor:

“[...] por não ter conhecimento suficiente sobre o homenageado, não posso afirmar o mérito desta (homenagem)”.

Interessou-nos notar, portanto, que a toponímia possibilita o reconhecimento da importância a nível local de seus antepassados, frisando seu contributo em diversos campos, como na infraestrutura identificada pelo aluno participante, quer tenha sido o homenageado responsável pela construção (ou asfaltamento) da rua, ou pelo seu contributo direto prestado junto a comunidade local.

Portanto, concordamos com Rüsen (2001) na medida em que para demonstrar algum nível de consciência histórica importa não somente o reconhecer aqueles que assim contribuíram para marcá-la, mas também entender o seu agir intencional que superou os limites temporais:

Que os homens tenham consciência da história baseia-se, afinal, no fato de que seu próprio agir é histórico. Como usam intencionalidade, os homens inserem, pois, seu tempo interno [...] no contato com a natureza externa, na confrontação com as condições e as circunstâncias de seu agir, nas suas relações com os demais homens e com si mesmos. Com isso, o agir humano é, em seu cerne, histórico. E ‘histórico’ significa aqui, simplesmente que o processo temporal do agir humano pode ser entendido, por princípio, como não natural, ou seja: um processo que supera sempre os limites do tempo natural (RÜSEN, 2001, p. 79).⁶

⁶ Apud Marrera e de Souza, 2013, p. 1071.

Outros dois pontos nos chamaram a atenção: o primeiro foi o facto de quando indagados se tinham interesse em saber a quem o nome da rua se refere, dois participantes se mostraram incapazes de emitir um juízo de valor e limitaram-se a responder “Não sei”.

O segundo ponto que notamos foi o de que todos aqueles que apontaram para o hagi-topónimo revelaram desinteresse pelo santo(a) em questão. Este dado nos levou a refletir que pode ter havido um certo distanciamento entre as gerações passadas – que foram notadamente influenciadas pela religião católica – e alguns dos participantes da pesquisa. Isso porque, em alguma medida, os dados obtidos indicaram que a escolha dos santos para personalização das ruas foi descurada por seus sucessores ou interiorizada e normalizada suficientemente para não ser alvo de maior atenção.

De forma geral, um dos participantes revelou-se contrário a qualquer honraria do género, dois revelaram indiferença como dito acima, seis concordam, embora subordinassem a homenagem a condições específicas e trinta e dois disseram ser favoráveis.

Observou-se a massiva concordância com o valor da honraria toponímica e a residual indiferença sobre o tema, cuja justificativa genérica foi de que poderia haver pessoas más não merecedores desses tributos, e que poderia se incorrer no cometimento de injustiças.

Quanto aos favoráveis, os que condicionaram a homenagem à um indicativo geográfico, ou seja, que os feitos da personalidade tenham tomado palco naquele mesmo logradouro ou que tenham sido importantes para a localidade e reconhecido pelos habitantes do lugar.

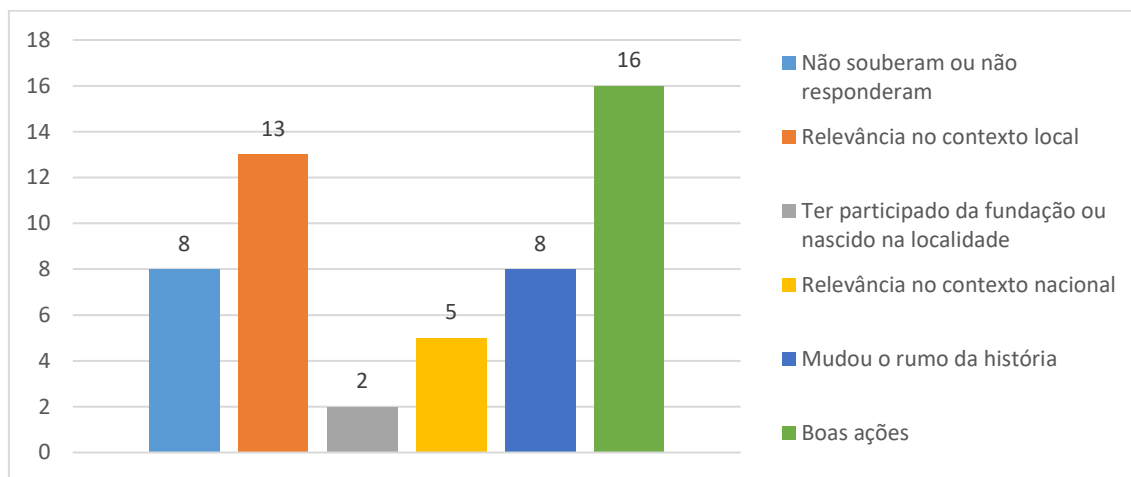
Sob essa ótica, estes dados revelam que enfatizar grandes heróis nacionais nem sempre é determinante para que se tenha um substancial relevo na toponímia local, o que em certa medida contraria a perspectiva de Vasconcellos (1911) de que enfatizar os grandes personagens acarreta relevo na vida dos membros de uma comunidade.

Isso concorre também para uma maior diferenciação e individualização das localidades, contrariando a perspectiva de alguns de um mundo globalizado e homogêneo.

Na sequência, os alunos foram questionados sobre os critérios que julgam relevantes para prestar honrarias através da toponímia citadina. Uma vez que as respostas foram

dadas de forma aberta, os dados foram enquadrados em diferentes grupos. Adotamos um método a partir das respostas alcançando o resultado que se segue:

Gráfico 3 – Critérios para batizar uma rua com o nome de alguém



Fonte: elaboração própria.

Como podemos depreender dos resultados obtidos, uma vez mais fica caracterizado, neste primeiro momento, que o elemento norteador da amostra é a realização de boas ações, imperativo máximo em cerca de 39% das respostas apresentadas. Das respostas obtidas dentro da classificação por nós realizadas podemos destacar as que se seguem:

Boas ações:

“Alguém que lutou pelo bem-comum, paz, liberdade... até pontos extremos ou muito próximos disso”.

“Uma boa e marcante obra de vida, sustentada nos valores humanistas de solidariedade, e caridade”.

Relevância no contexto local:

“Tinha de ter feito algo pela cidade, ou por aquela região, que tivesse sido importante”.

“Ajudar a humanidade significativamente ou ser uma figura importante na localidade, onde a rua foi instaurada”.

“Os critérios que eu adotaria para batizar uma rua com o nome de alguém seria: saber se ela foi realmente importante para essa região a nível económico, histórico, literário... com esses critérios eu daria sim um nome de alguém a uma rua”.

Relevância no contexto nacional:

“Devia ser uma pessoa que teve boas ações ou que contribuiu para a história do país”.

“Se fosse um herói, uma inspiração (a todos os níveis da vida), um santo, se fosse um destaque para todos”.

Mudou o rumo da história:

“Critérios como os feitos importantes ou como de alguma forma essa personalidade marcou o curso da história de forma positiva, seriam alguns princípios que usaria na escolha do nome para uma rua”.

“Uma pessoa que promoveu o progresso ou o bem-estar das pessoas, politicamente ou não. Alguém que fez um grande marco na história”.

Notamos, assim, que embora predominem as boas ações, estas não foram propriamente identificadas pelos participantes do inquérito, restando evidente que para os participantes a relação estabelecida está mais estreitamente ligada ao âmbito local do que nacional.

Sobre isso observamos inclusive, que no âmbito nacional as ponderações dos alunos foram esparsas, ao passo que a ênfase para personalidades que de alguma forma modificaram o rumo da história, como, por exemplo, o Marquês de Pombal, poderia ser preferido por figuras estrangeiras que o tenham ultrapassado em feitos positivos em maior escala.

Instigados pelas perguntas anteriores e respostas apresentadas, foram questionados se manteriam ou não o nome da rua onde moram. Quer seja por desconhecerem a personalidade que empresta seu nome ao logradouro, quer seja pela toponímia da rua de outra natureza que não antroponímica ou ainda por mera indiferença, muitos apelaram

a respostas mais conservadoras, de forma que apenas dois alunos acenaram positivamente para a mudança, sendo que apenas um deles justificou a sua decisão⁷:

“Alteraria a pedido do meu pai, pois ele gostava que se chamasse ‘Canas da Beira’, em homenagem à história do concelho de Canas”.

Esta conclusão apresentada pelo aluno reforça o que já constatamos anteriormente de que os dados obtidos revelaram maior tendência para a importância da regionalização face à globalização.

Por outro lado, houve os que optaram pela conservação do nome das ruas pautada em simples tradição ou conveniência, conforme se constata nas afirmações que se seguem:

“Manteria, pois se a minha rua tem o nome de alguma identidade, é porque foi importante para essa rua”.

“Eu moro numa rua onde não tem um nome de uma pessoa e ainda assim não sei se tem algum significado, se tiver eu manteria, se não ou se se fosse algo desinteressante eu alteraria para um nome de alguém ou algo mais interessante”.

Somente um dos participantes manifestou que não haveria relação entre a toponímia e justificou que os nomes de ruas se prestam somente a permitir a localização geográfica:

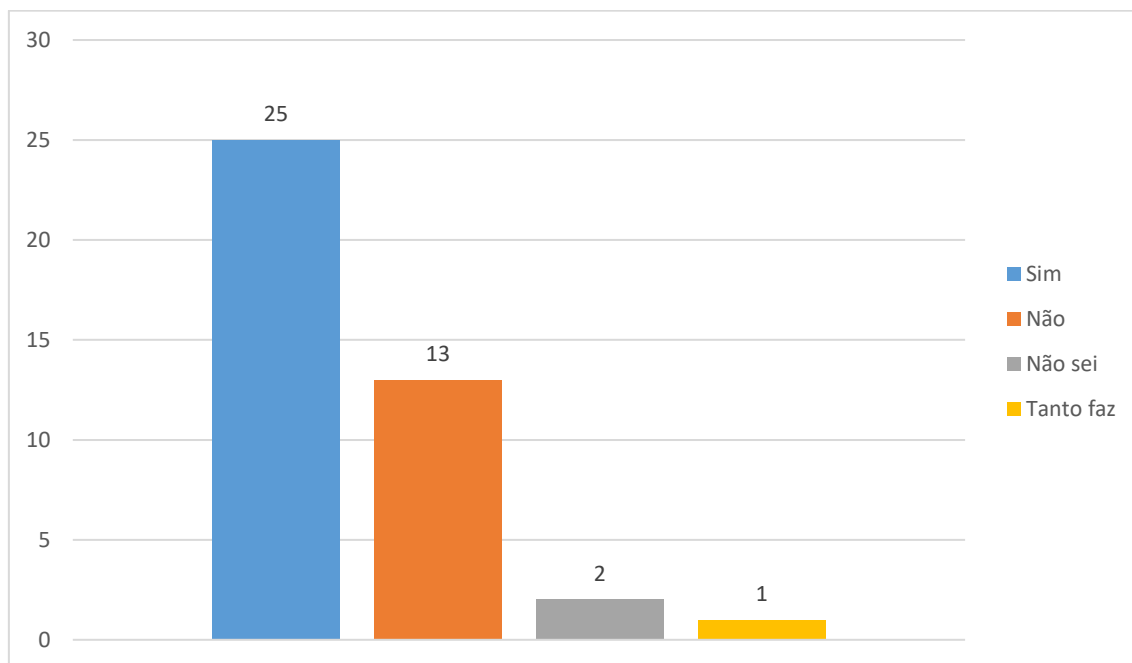
“[...] no meu ponto de vista, nomes de ruas servem apenas para termos mais noção de onde moramos. Por isso, não me é de grande interesse se o nome da minha rua é o que é, logo eu manteria”.

Ainda que coerente e pragmático na medida em que a nomeação de ruas, de facto, nos situa no espaço, percebe-se que a potência da toponímia enquanto um instrumento de personalização do património cultural ainda pode ser ignorada ou não reconhecida por alguns.

⁷ Apenas depois de realizado o questionário, entretanto, é que verificamos um mal alertado previamente por Pinto (2011, p. 171) acerca da utilização de inquéritos: embora favoreçam a obtenção de respostas em grande quantidade dentro de um curto prazo, se mal contruídos a sua utilidade restará prejudicada. O facto de haver questões interdependentes entre si e a possibilidade de respostas curtas tornou o raio de alcance deste questionário limitado em alguma medida.

Na última questão, indagados se gostariam de ser laureados tendo uma rua com o seu nome, os dados obtidos foram:

Gráfico 4 – Gostaria de ser homenageado tendo uma rua com o teu nome?



Fonte: elaboração própria.

As respostas que atendem às duas últimas classificações não entram em nosso escopo de análise dado terem sido residuais e lacônicas. Quanto às respostas positivas, nove das vinte e cinco foram justificadas dentro de uma coerência que aponta para uma capacidade crítica e ponderação que era por nós inicialmente esperada e desejada – mas nem por isso induzida – dado serem alunos com idade média de dezasseis anos. Assim, destacamos as respostas que se seguem:

“Sim, se merecer e deixar um legado digno”.

“Eu acho que eu gostaria de ter uma rua com o meu nome, tendo também em consideração que teria de refletir se consigo estar dentro dos critérios que adotei”.

“Sim, gostaria de ser homenageado com o nome de uma rua, dependendo de ter feito algo importante ou não”.

“Sim, iria significar que tive um impacto durante a minha vida”.

<i>“Sim, se fosse merecedor da homenagem”.</i>
--

<i>“Sim, porque se fosse homenageado era porque tinha ficado marcado como alguém importante ou que fez algo importante e ficaria para sempre na história”</i>

<i>“Sim, porque significaria que cumpri e marquei positivamente a minha região”</i>

Essas respostas apontam, aliás, para o que Pinto (2020, p. 12) constatou ao dispor que “a utilização fontes patrimoniais em abordagens de história local, ou de âmbito mais lato, pode levar os alunos a reflectirem sobre evidência histórica, a questionarem, a ouvirem diferentes argumentos, a justificarem decisões”. A capacidade crítica dos alunos também se manifestou em respostas dadas na negativa. Aqui as justificações incidiram sobre dois aspetos: a indiferença, fosse pela relatividade meritória ou pela possibilidade de tal homenagem se prestar de outra maneira:

<i>“Não teria muito valor para mim, prefiro ser homenageado de outra forma”.</i>
--

<i>“Não me interessaria muito, pois só por ter o meu nome em alguma rua qualquer não quer dizer que eu tenha feito algo de importância, sendo no meu ponto de vista mais interessante do que ter o meu nome em uma rua”</i>

Houve também a preferência pelo anonimato:

<i>“Não, mesmo que tivesse feito algo incrível não gostaria, pois prefiro não ser do tipo que seja lembrado para sempre, apenas reconhecido como mais um que fez alguma coisa ou outra, não passando disso”.</i>
--

De forma geral, esta primeira investigação com os alunos permitiu verificar que, de facto, eles não tinham conhecimento prévio sobre a toponímia, mas, quando o tema é inserido no ensino, foi possível analisar que houve maioritariamente o reconhecimento de sua importância, sobretudo local, e das motivações de elegibilidade de uma determinada pessoa homenageada.

3.2.2. Trabalhos em grupo

Conforme descrito anteriormente, os trabalhos em grupo foram desenvolvidos em seis grupos compostos à partida de três elementos, tendo cada um se debruçado sobre temas preteritamente estabelecidos e que se relacionavam a um determinado período histórico trabalhado em sala de aula.

Buscamos atrelar a pesquisa da toponímia justamente com personalidades que fizeram parte deste contexto histórico estudado de forma a manter a investigação dentro da temática do grupo. Desta forma, solicitamos aos participantes que na hipótese de lhes ser atribuído o encargo de dar a um logradouro (avenida, rua, largo, praça...) o nome de um dos personagens trabalhados, a quem eles concederiam e a quem negariam esse préstimo. E ainda se o fariam na cidade de Viseu, com que critérios e em que medida isso poderia ser relevante para um imigrante conhecer e reconhecer Portugal e a sua história.

Para os efeitos de recolhimento dos dados, consideramos apenas aqueles que foram disponibilizados formalmente (através de meios digitais), uma vez que nem todos os grupos incluíram nas suas apresentações orais as conclusões das reflexões propostas. Isso, naturalmente, limitou a recolha de dados e o alcance de conclusões mais acuradas.

Os resultados globais obtidos podem ser mais bem sintetizados por meio da tabela que se segue:

Tabela 1 – Personalidades que seriam ou não homenageadas

Personalidade a ser homenageada	n.º de votos	Personalidade que não receberia homenagens	n.º de votos
Manuel Fernandes Tomás	2	Marechal Beresford	2
Marechal Beresford	1	Gomes Freire de Andrade	1
Gomes Freire de Andrade	1	D. Miguel	1
D. Pedro IV	1	Visconde Sá da Bandeira	1
D. João VI	1	Passos Manuel	1
Brig. António da Silveira	1	D. Maria da Glória	1

Cor. Sepúlveda	1	
Cor. Cabreira	1	
José Ferreira Borges	1	
José da Silva Carvalho	1	
José Bonifácio de Andrade e Silva	1	

Fonte: elaboração própria.

Para análise dos dados, fazemos ressalva também de que nem todos os trabalhos apresentados satisfizeram a proposta deste estudo o que, em alguma medida, limitou a recolha de dados, seja pela ausência de respostas ou pela generalidade dos argumentos apresentados.

Isto posto, podemos depreender das respostas apresentadas múltiplas nuances destacadas pelos alunos e sobre as quais nos debruçámos mais ao pormenor.

Inicialmente, chamou-nos a atenção o facto de haver personalidades identificadas em ambas as colunas da tabela acima, a saber o Marechal Beresford e Gomes Freire de Andrade, o que apontaria, em um primeiro instante, para uma multiperspetiva acerca do desempenho de cada uma das personalidades históricas.

Esta ideia, entretanto, não nos parece fidedigna uma vez que, na sequência da apresentação, os alunos que deram um parecer favorável à personalidade britânica demonstraram desconhecer aspetos sensíveis que trouxeram uma nova ponderação aos alunos em questão. Ainda assim, foi curioso de se notar o facto de considerarem uma personalidade não portuguesa para homenagear.

Mais do que apenas indicar a quem concederiam ou negariam o préstimo de homenagear com o nome de uma rua, os alunos também tiveram de apontar as motivações de suas escolhas. A expressiva maioria deles apontou para uma concordância com a perspetiva de ensino ao favorecerem aqueles que lutaram em prol do movimento liberal português.

Das qualidades por eles ressaltadas ganha relevo a bravura, o protagonismo e o desfecho dos acontecimentos, como se faz notar na última das respostas a seguir apontadas:

Manuel Fernandes Tomás:	<i>“Pela sua bravura e pela criação do Sinédrio que tornou possível a revolução”.</i>
D. Pedro IV	<i>“Uma vez que foi o protagonista da força vencedora e impediu um retrocesso absolutista em Portugal”.</i>
Brigadeiro António da Silveira; Coronéis Sepúlveda e Cabreira; Manuel Fernandes Tomás; José Ferreira Borges; José da Silva Carvalho	<i>“(por estarem) aptas a lutar por uma sociedade justa e espalhar a liberdade pelas ruas portuguesas [...] não podemos negar que todos estes nomes se destacaram pela sua participação ativa neste movimento histórico (Revolução Liberal) que alterou o rumo de todo um povo, portanto, consideramos que cada um deles devesse ganhar um cantinho especial numa das inúmeras ruas que percorrem de norte a sul o nosso país”.</i>
D. Miguel	<i>“(por ser) cabeça da força absolutista derrotada”.</i>

Observou-se num dos grupos que desenvolveu a temática “A independência do Brasil – A conjuntura de 1807 a 1822” a articulação de raciocínio dos alunos com a toponímia e o que estava sendo aprendido em sala de aula que nos permitiu analisar que sim, é possível e desejável integrá-la.

Isto porque este grupo destacou que José Bonifácio de Andrade e Silva foi um dos personagens estudados que atuaram como protagonistas na cisão entre Brasil e Portugal, sendo isso desfavorável para o país Europeu e descabido qualquer préstimo para o mesmo em terras lusitanas. Contudo, manifestaram que no Brasil havia sua homenagem, indicando não somente que foram capazes de integrar os saberes como também passaram a pesquisar sobre o tema:

“Não, por ter sido decisivo para a separação entre Portugal e Brasil. Nesse sentido, há no Brasil a Rua José Bonifácio (que) se localiza no Centro de Curitiba e liga a Praça Tiradentes ao Largo da Ordem”.

Em seguida, outra questão a ser respondida pelos grupos foi se pudessem decidir, seria ela prestada na cidade de Viseu. Uma vez mais o apelo regional fez-se sentir na maior parte dos argumentos apresentados. Na sua maioria, os discentes negariam a inserção dos nomes das personalidades elencadas na Tabela 1 sob o argumento dos eventos por eles estudados não terem tomado parte no distrito viseense. Outra razão por eles apontada foi o facto de já haver tais homenagens prestadas nas cidades do Porto e/ou Lisboa:

Manuel Fernandes Tomás	<i>“Porque já existe uma rua com esse nome na Amadora, pensaria sentido nomear outra rua com seu nome, especialmente</i>
sobre Visconde Sá da Bandeira, Passos Manuel e D. Maria da Glória	<i>“Na nossa opinião, não daríamos às ruas o nome destas personagens históricas pois verificámos já haver ruas em honra de D. Maria II em Guimarães e em Sintra e de Passos Manuel no Porto, e ainda uma escola secundária em honra ao mesmo, nas zonas de Lisboa, logo não daríamos a ruas em Viseu esses nomes pois a ação histórica (a Revolução de Setembro de 1836) não se centralizou aqui”</i>
D. João VI, D. Carlota Joaquina de Bourbon, D. Pedro IV, D. Miguel e D. Maria II	<i>“Tendo em conta que nenhum dos eventos retratados no nosso trabalho tiveram participação em Viseu, não achámos relevante nomear nenhuma rua ou espaço público em homenagem a alguma das figuras históricas mencionadas aqui. No entanto, não negamos a importância de todas estas personagens na história de Portugal, concluindo assim que estas merecem sim a sua homenagem devida, porém talvez de outras formas ou pelo menos nomeando ruas com o nome destas figuras em localizações donde realmente decorreram os eventos descritos”.</i>
Brigadeiro António da Silveira; Coronéis Sepúlveda e Cabreira;	<i>“À conta de maioria destes movimentos e manifestações terem ocorrido no Porto e Lisboa, mais depressa atribuiria a estas cidades, ruas com o nome dos homens liberais que ali pisaram e que sobre solo português lutaram. No entanto, atra-</i>

Manuel Fernandes Tomás; José Ferreira Borges; José da Silva Carvalho	<i>vés de uma breve pesquisa que nos levou a tomar conhecimento que José da Silva Carvalho, um dos obreiros da revolução liberal, nasceu na região de Santa Comba Dão, pertencente ao distrito de Viseu, fez nos achar plausível que talvez o seu nome pudesse ser acolhido pela nossa cidade”</i>
--	--

Depreendemos, a partir das respostas acima elencadas, portanto, um certo provincianismo mesmo no que diz respeito a grandes personagens que marcam a história nacional em um âmbito muito alargado. Isso, a propósito, se faz notar sobremaneira na menção ao nome de José da Silva Carvalho que, embora tenha tido destaque na história nacional, a ponto de ser incluído nos manuais escolares por seus feitos, seu nome só seria marcado, na ótica do grupo assinalado por ser natural de um concelho viseense.

Tal perspectiva, entendemos, concorre favoravelmente a manutenção de uma maior caracterização toponímica das várias regiões do país, embora possa, ao mesmo tempo, acarretar em uma dissociação entre o que aos alunos é ensinado em ambiente escolar e o meio no qual vivem, pois não encontrariam muitos reflexos daquilo que lhes é ensinado fora da escola.

Além disso, esse agudizar, se muito extremado – o que não verificamos na globalidade das conclusões apresentadas ao longo do trabalho desenvolvido – favoreceria um utilitarismo do ensino da história, uma vez que o aluno veria utilidade na matéria lecionada tão somente para obtenção de resultados positivos em testes e não a criticidade e compreensão histórica que almejamos para os discentes.

Também não pudemos deixar de notar alguma dissonância entre o que revelaram os alunos nas respostas que acima destacamos para as que vieram na sequência das mesmas. Quando indagados sobre os critérios que consideram relevantes para a inserção de um antropónimo na toponímia local, a conclusão apontada foi controversa ou ambígua. Das cinco respostas obtidas, apenas uma foi ao encontro das respostas assinaladas na questão anterior:

“Local onde nasceram ou onde fizeram alguma mudança significativa”

Por outro lado, outros pareceres forneceram mais informações como, por exemplo, uma tendência para a prudência ao impor que as ações das personalidades por eles estudadas fossem respeitáveis e irrepreensíveis. Isso se aventa deveras favorável ao nosso entender, posto que figuras relevantes marcam a história de qualquer localidade, país ou nação, mas nem sempre por atos heroicos; não raras vezes surgiram figuras tirânicas que deixam impressões malévolas e que não devem cair no esquecimento, mas que de maneira alguma são dignas de reconhecimentos e honrarias.

Ademais, os alunos também apontaram para a passividade da opinião pública em torno de uma personalidade histórica. Em outras palavras, que sua história não padecesse de controvérsias acerca do seu contributo para a história local ou nacional. Igualmente, alguns apontaram para a harmonia entre a relevância da rua na malha urbana e a importância da personalidade.

“A importância que a pessoa teve na história do país, e de que modo os seus atos foram favoráveis para o mesmo. Obviamente exigindo que fossem atos respeitáveis e que se destacassem”

“É importante evitar homenagear figuras controversas e priorizar aquelas que contribuíram para o progresso e inclusão. Critérios como a importância histórica da rua e sua relação com o homenageado seriam considerações importantes”

“Uma combinação entre a importância da rua tanto nos dias atuais tanto no contexto histórico de que a figura será honrada bem como a dimensão a utilidade da rua atualmente”.

“Pensamos que a escolha de critérios é sempre subjetiva. No nosso caso, acreditamos que o destaque pela positiva e a verticalidade com que as ações são tomadas, são um dos mais imprescindíveis critérios que nos levaria a escolher uma destas figuras. Se refletimos o que a ausência daqueles homens simbolizaria para Portugal, possivelmente nos apercebemos da sua importância e a sua coragem em comparação tanto aos homens do passado como os do presente, pois, sem receio, lutaram por um futuro talvez incerto, mas que para eles esse futuro era o amanhã”.

“[...] seria apropriado nomear uma rua em homenagem a D. João VI, dada sua influência na história de Portugal e do Brasil. A Associação Casa do Brasil na Rua Escura

seria uma escolha pertinente, por sua ligação com a comunidade brasileira e as reformas promovidas por D. João VI”.

Pela negativa, destacamos que os alunos tenderam inflexivelmente a apontar para uma perspectiva sempre de ação, mas jamais pelo simbolismo. Em outras palavras, priorizaram seus atos mais do que os símbolos por eles representados. Seja por opinião formada, seja por desconhecimento (aventamos mais esta possibilidade do que aquela), na ótica da nossa amostra, a toponímia da cidade estaria subordinada mais a conduta ativa das personalidades que emprestam seus nomes às ruas, de forma que, dedutivamente, entendemos que para ela não faria sentido ruas com nomes como o de Gisberta Salce Júnior, transgénera imigrante vítima de crime de ódio na cidade do Porto em 2006. Embora não tenha ela feito nenhum feito “relevante” na história, a Comissão de Toponímia do Porto atribuiu seu nome a um arruamento próximo do local onde a mesma foi assassinada.⁸

Concluir, entretanto, pela desconsideração da amostra por essa possibilidade de homenagem seria premeditada, dada a não inferência dessa possibilidade pelos alunos e pelas respostas apresentadas ao longo de todas as atividades desenvolvidas.

Finalmente, atendendo ao último dos questionamentos, qual fosse se os discentes julgavam importante para um imigrante saber quem foi alguma das personagens por eles trabalhadas e se isso ajudá-los-ia a melhor conhecer o país e sua História, as respostas dadas nos permitiram notar quão variado são os graus de consciência histórica dos alunos que compõem a nossa amostra.

Nessa seara, pudemos identificar respostas de três naturezas: prática, integradora e conservadora. No que tange a primeira classificação que propomos, um grupo que assumiu em relação a toponímia essa visão em detrimento das demais possibilidades, indo de encontro com as intenções dispostas na Carta das Cidades Educadoras de “fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e corresponsável” (2020, p. 17). Se esta

⁸ Já se sabe que rua do Porto terá o nome de Gisberta – [Em linha], atual. 25 jan. 2024. [Consult. 25 mai. 2024]. Disponível em WWW:<[URL:https://www.publico.pt/2024/01/25/local/noticia/ja-sabe-rua-porto-tera-nome-gisberta-2078068](https://www.publico.pt/2024/01/25/local/noticia/ja-sabe-rua-porto-tera-nome-gisberta-2078068)>.

advoga em prol da promoção do conhecimento e do ensino em espaço fora do escolar, a resposta concedida por um dos grupos foi de que:

“[...] conhecer os personagens seria uma pura questão de interesse pessoal. Obviamente que te ajudaria a entender melhor a história, no entanto não conseguimos chegar a uma conclusão concreta se é algo realmente importante de se saber”

Em outras ocasiões, os grupos deram uma resposta de cariz integrador e educador. Consideraram que, embora seja importante a instrução daqueles oriundos de outros países acerca de personalidades históricas portuguesas, as por eles trabalhadas não tinham propriamente relevância para tanto. Complementar a isto, outro sugere que a integração está intimamente relacionada com personalidades cujo reconhecimento histórico se dê não só em Portugal como também nos países representados por grandes comunidades:

“É importante os imigrantes conhecerem pelo menos um pouco da história do país, mas as personagens deste trabalho em específico não (Visconde Sá da Bandeira, Passos Manuel e D. Maria da Glória), sendo que a maioria das vezes as pessoas não sabem quem são essas personagens históricas [...] mas sempre (se) ouvirá falar de alguma personagem histórica”.

“Conhecer essas figuras (D. João VI) é crucial para imigrantes entenderem a história de Portugal e sua influência nos países colonizados, promovendo a integração e compreensão cultural”.

Finalmente, dentro da última tipologia de respostas a esta pergunta (conservadora), os grupos apontaram para a integração através do conhecimento e da educação, na medida em que os imigrantes poderiam conhecer melhor e assimilar a cultura portuguesa. Isso se daria, a julgar pelas respostas dadas, na preservação da memória, cultura e história portuguesas:

“Sim, pois seria interessante para os imigrantes ficarem curiosos sobre o porquê daquela rua tão importante da cidade ter o nome de uma personagem e os mesmos irem

pesquisar para ficarem a conhecer a história de Portugal, o que seria importante para eles adquirirem mais conhecimentos sobre a nossa cultura”.

“Acreditamos ser fundamental dar a conhecer aos imigrantes e turistas a história do país com o intuito de evitar que a história das figuras mais importantes da história nacional caia em esquecimento”.

“É o nosso dever como bons cidadãos, habitando num local de raízes antigas, preservar o seu passado, e perpetuar a sua história para todo o sempre. Todos aqueles que se dirigem para uma nova cidade, quer sejam movidos por simples curiosidade ou algo mais, tencionam encontrar um lugar acolhedor e familiar, conhecer as ruas, os cantos, os aromas e as histórias que por aí vagam. É aí que devemos atuar e nos transformarmos em pequenos guias, dando a conhecer ao outro as maravilhas que a nossa cidade abriga e os vários momentos históricos que dão nome aquilo que chamamos de lar. Dessa forma, perduramos no tempo a história de um povo guerreiro e corajoso, dando a conhecer os seus heróis’.

Aqui, entretanto, como se pode observar na segunda resposta apresentada, há uma dissonância com os dados obtidos preteritamente. Até então, notávamos uma tendência de preponderância das peculiaridades regionais face às nacionais. Contudo, isso não se verifica quando o elemento externo é tido em conta.

Em outras palavras, os dados nos levaram a concluir que no contexto da imigração os alunos entendem que a toponímia, seja no contexto prático, integrador ou conservador, é importante para uma diferenciação entre sua terra de origem face a todos os outros países.

3.2.3. Reflexão crítica

Finalmente, foi realizado com os alunos um último trabalho. Conforme mencionado anteriormente, este consistia em, a partir dos grupos de atividade já formados, fazer um levantamento biográfico de personalidades que dão nome a algumas das ruas em torno da escola onde estudam.

Aqui o objetivo era obter informações que, ao mesmo tempo em que concordavam com o que foi lecionado ao longo do ano letivo, pudesse levá-los a refletir acerca da importância dessas personalidades em contexto histórico e, por conseguinte, fomentar a percepção de consciência histórica.

Além do mais, buscamos atribuir a cada grupo uma personalidade que coincidissem com o contexto ou com a cronologia do trabalho anteriormente realizado, o que por vezes teve maior ou menor êxito.

Isto posto, foram selecionadas as seguintes ruas da cidade de Viseu:

- Avenida Capitão Silva Pereira;
- Largo António José Pereira;
- Rua João Mendes;
- Avenida Capitão Homem Ribeiro;
- Rua Maria do Céu Mendes;
- Largo Mouzinho de Albuquerque;
- Travessa José Relvas;
- Rua Silva Gaio.

Sobre as personalidades acima elencadas, a cada grupo foi atribuído identificar: as datas e locais de nascimento e morte; grupo social pertencente; ofício; período histórico vivido; contacto com outras personalidades (ilustres ou não); feitos e contribuições relevantes quando em vida, devendo compilar essas informações em um poster, não tendo essa atividade fim avaliativo.

Na sequência, os discentes tiveram de, individualmente, preencher um último questionário composto por oito questões, dividido em duas partes: a primeira tratou-se das conclusões alcançadas pelo aluno acerca da personalidade biografada; a segunda atinente à consciência histórica e a articulação desta com a disciplina de História.

Assim, num primeiro momento, a partir da biografia feita e suas percepções, os alunos tiveram de assinalar em que medida julgavam a personagem em questão dotada das

qualidades ali listadas. Tendo em conta que o questionário foi realizado de forma anónima, não nos foi possível averiguar a que personalidades remetiam as respostas apresentadas. Outra dificuldade apresentada foi o baixo número de alunos que entregou a atividade, ora por estarem ausentes na ocasião, ora pela não adesão à atividade proposta.

Sobre este último ponto, aliás, podemos inferir que se, em alguma medida, a pouca participação obstruiu a obtenção de maior quantidade – quarenta e dois discentes, a nossa amostra conteve apenas vinte e oito alunos – ou melhor quantidade de dados, por outro deu azo à conclusão da necessidade de fomentar, ainda em nível escolar, a necessidade e a importância da construção histórica de uma identidade, e a preservação do património imaterial e cultural inerente à sociedade na qual os alunos estão inseridos.

Dessa forma, em uma tabela onde continha um rol de adjetivos, os alunos tiveram de assinalar em uma escala Likert de um a cinco, o seu nível de concordância com as descrições apresentadas em relação ao biografado, sendo cinco como “concordo plenamente” e um “discordo plenamente”. As características elencadas eram de virtudes como: bondade, justiça, responsabilidade, inteligência, coragem, honra, perseverança, disciplina, generosidade e dedicação.

Na sua grande maioria, os alunos demonstraram uma visão positiva em relação às personalidades laureadas; em nenhum dos questionários houve discordância quanto às virtudes dos biografados, quando muito uma resposta neutra (identificado com o número três). Exceção a isso foi a resposta de um único aluno que atribuiu um (discordo plenamente) quanto a três aspetos: bondade, justiça e responsabilidade e dois em relação a generosidade.

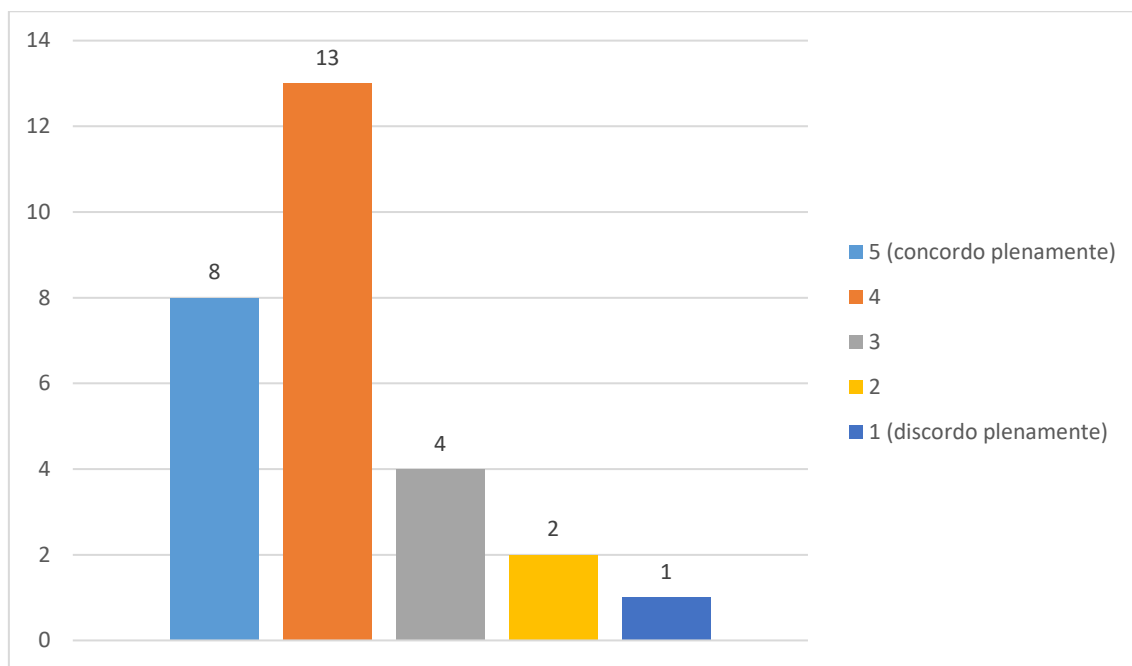
Assim, considerando que o processo de nomeação de ruas carece de um trâmite legislativo sendo, portanto, – e à partida – pacificamente aceite pelos cidadãos, depreendemos que os alunos vão ao encontro daquilo que fora outrora estabelecido pela comunidade.

Sequencialmente, deveram os discentes assinalar em igual escala o quanto concordavam com a prestação da homenagem a nível de merecimento, necessidade, importância

e espera. Tratou-se, desse modo, de avaliar não o homenageado em si, mas o tributo à sua memória.

Nesse sentido, podemos agrupar as respostas conforme o gráfico que se segue:

Gráfico 5 – Nível de concordância quanto ao merecimento da homenagem



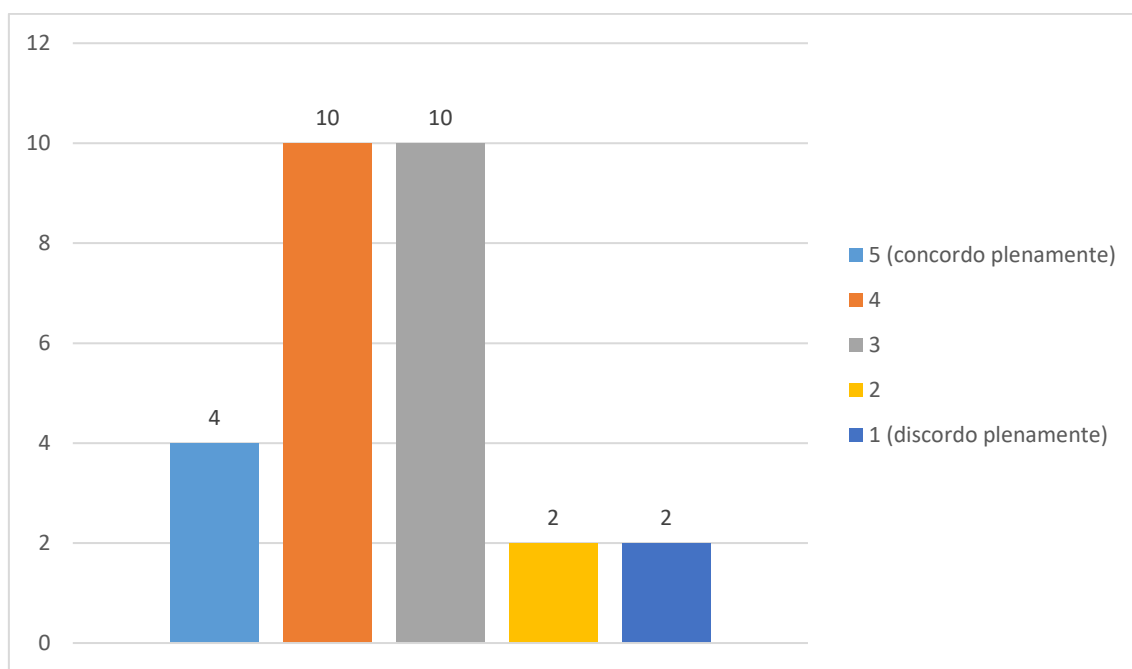
Fonte: elaboração própria.

Em geral, conforme verificamos no agrupamento de respostas acima, uma parte substancial dos alunos apresentou concordância com o merecimento da homenagem prestada aos biografados por eles, sendo residual aqueles que discordaram.

Agora, uma vez que merecimento e necessidade não se confundem, mas complementam-se, ao serem questionados acerca deste último fator, as respostas foram um tanto heterogêneas. Dez dos vinte e oito alunos não deram parecer positivo ou negativo quanto à necessidade de se homenagear as personalidades por eles biografadas, enquanto apenas catorze julgavam necessário (na questão anterior eram vinte e um aqueles que viam a homenagem como merecida).

Razão para tanto já foi identificada ainda na primeira atividade elaborada onde, entre outras respostas, relativizaram a honraria por considerarem-na arbitrária ou eventualmente injusta por poder excluir outras personalidades igualmente merecedoras ou inferiram a possibilidade de se homenagear de outras maneiras.

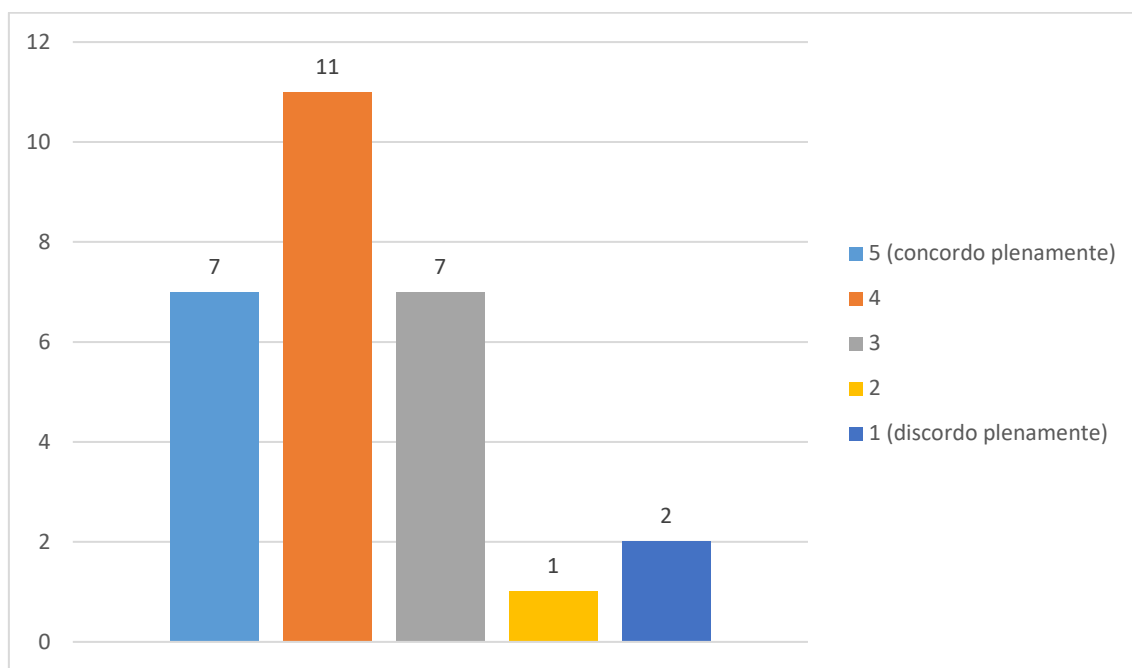
Gráfico 6 – Nível de concordância quanto a necessidade da homenagem



Fonte: elaboração própria

Apesar do que logo acima foi por nós sugerido e que obtivemos a partir da leitura dos dados fornecidos em ocasião pretérita, facto é que a importância da honraria é amplamente reconhecida pelos discentes, como apresenta o gráfico a seguir:

Gráfico 7 – Nível de concordância quanto a importância da homenagem

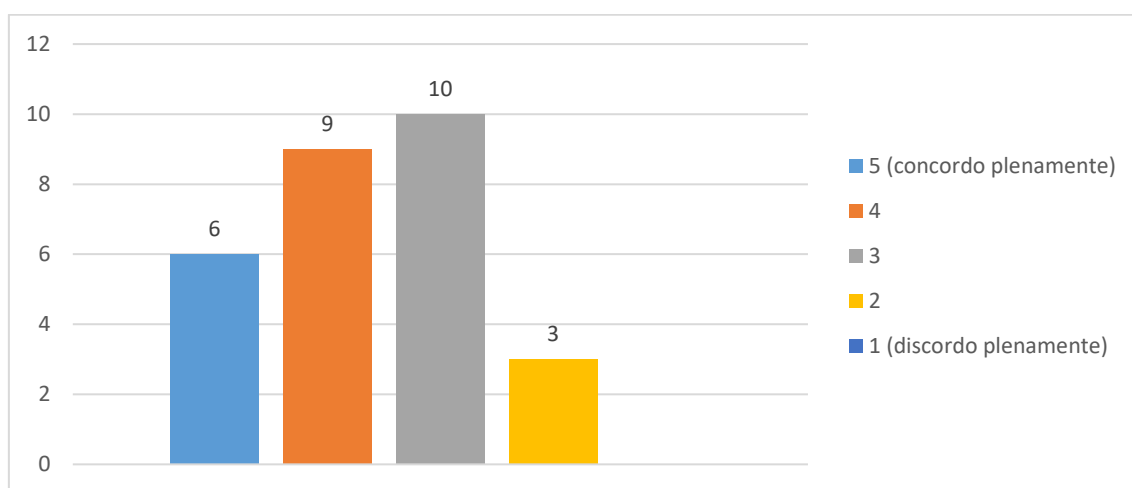


Fonte: elaboração própria

Quanto à probabilidade, quão expectável era a homenagem quando considerados os feitos da personalidade por eles estudadas, apenas três encararam como imprevisível a honraria prestada, sendo que a maioria, a levar em conta a carreira da personalidade estudada tinha como previsível o tributo.

Isso, no nosso ver, foi essencial para que, enquanto cidadãos, pudessem os alunos elaborar, a partir do exercício, um parâmetro próprio para mensurarem a relevância de feitos humanos que tornam seus semelhantes elegíveis para homenagens dessa monta. Isso, inclusive, lhes foi requerido em um segundo momento ainda no mesmo questionário.

Gráfico 8 – Nível de concordância quanto a previsibilidade da homenagem



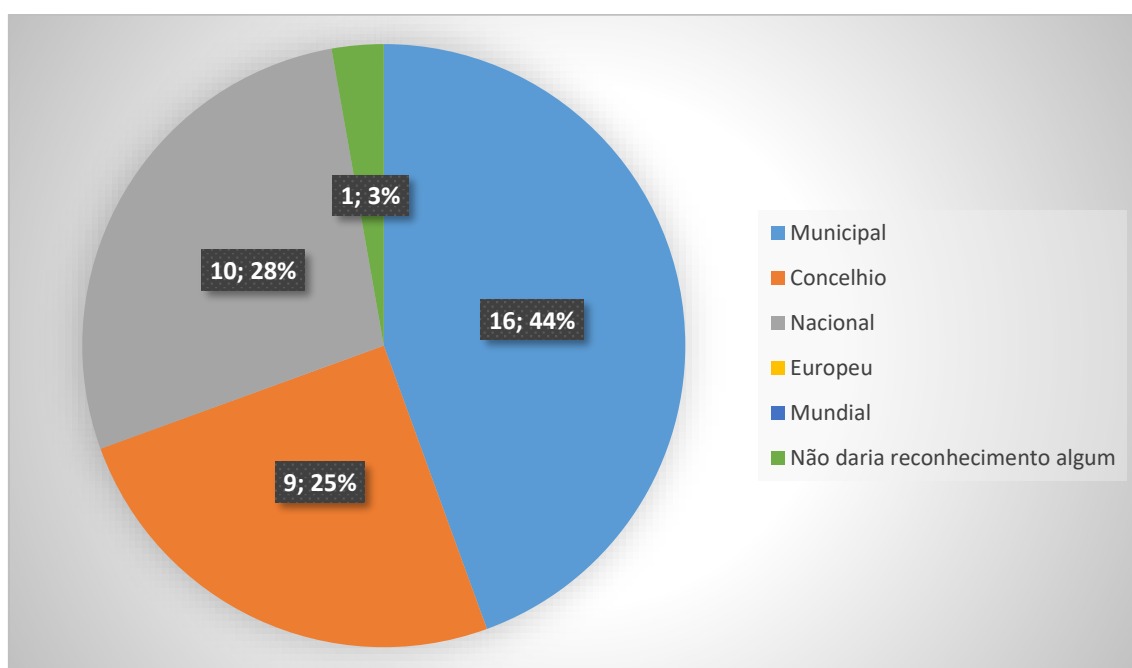
Fonte: elaboração própria.

Na sequência, aos alunos foi pedido que julgassem a que nível (municipal, concelhio, nacional, europeu ou mundial) deveria a personalidade por eles biografada ser reconhecida e, na sequência, justificassem a razão para as suas escolhas. O nosso intuito era de que pudessem, inclusive, perspetivar o alcance, a importância e o impacto das obras realizadas por aquelas personagens históricas, de maneira que lhes foi facultado marcar mais de uma opção.

Podemos observar que, no geral, a visão apresentada acerca da preponderância do regional sobre o nacional na toponímia local encontrou eco nas respostas por eles assinadas assim como revelaram um salutar senso de proporções, ao não estender o reconhecimento das pessoas estudadas a nenhum nível superior ao âmbito nacional.

Na maior parte das vezes, o reconhecimento a nível de concelho coincidiu com o municipal, sendo que apenas aqueles que se debruçaram sobre a figura de José Relvas foram unânimes quanto a sua importância para o país, uma vez que o mesmo fora primeiro-ministro português, razão pela qual, muito embora não seja natural de Viseu, os alunos optaram por dar a ele reconhecimento na cidade enquanto antigo chefe de governo.

Gráfico 9 – Nível de reconhecimento da personalidade biografada



Fonte: elaboração própria

Devemos ter em conta que não foi possível identificar em cada um dos questionários a quem os alunos se referiam, uma vez que, feito de maneira anónima, também não foi sempre identificado pelos alunos o objeto de seus trabalhos, sendo essa uma falha prejudicial para melhor utilização do instrumento em questão.

Ainda assim, as respostas apresentadas para justificar a importância de figuras assinaladas a nível municipal foram ao encontro das antes analisadas, como o impacto local e a naturalidade. É de se notar que a compreensão do alcance da importância do biografado também não foi sempre pacífica, sendo que alguns transitaram em mais de uma esfera, como é exemplo o caso de António José Pereira.

“Como esta personalidade teve maior impacto no nosso município, faria mais sentido se a sua homenagem e reconhecimento fossem conhecidos no meio do município, despertando o sentimento de orgulho entre os viseenses”

“Homenagearia esta personagem a nível municipal, visto que não é das mais importantes a nível nacional pelo que é coerente com as suas conquistas”.

“Porque é uma pessoa que fez muito por Viseu”.

Da mesma maneira, a motivação para aqueles que assinalaram relevância a nível concelhio se resumiu, no grosso das vezes, ao seu contributo regional ou ao orgulho que o mesmo representa no seu local de origem:

António José Pereira	<i>“Penso que por ter restaurado pinturas de Grão Vasco, figura muito importante de Viseu, e por ter realizado suas próprias pinturas, penso que merece a homenagem no concelho”.</i>
Capitão Homem Ribeiro	<i>“Penso que a importância a nível concelhio pois seria uma honra para o seu concelho, os seus feitos na guerra colonial e carreira militar”.</i>

Finalmente, verificamos que a razão por trás da escolha de dar reconhecimento a figuras em âmbito nacional teve como principal motivação o contexto de suas realizações. Assim se deu com José Relvas, Capitão Silva Pereira, que lutou nas guerras liberais e Mouzinho de Albuquerque, que teve participações importantes no contexto colonial português ao longo do século XIX.

Essas respostas, aliás, expuseram a teoria aventada pelos alunos aquando da primeira atividade. Naquela, muitos expuseram como condicionante o local dos feitos ou de origem da personagem; quando em contacto com o caso prático, se lhes apresentou razoável um reconhecimento mais alargado.

Nesse sentido, algumas das respostas foram bastante esclarecedoras:

<i>“Escolheria homenagear e dar-lhe reconhecimento uma vez que José Mascarenhas Relvas foi quem proclamou a República, foi ele o responsável pela introdução da reforma monetária que criou o escudo e exerceu também o cargo de embaixador de Portugal na Espanha, ou seja, contribuiu para uma mudança em todo o país e não só num local específico”.</i>
<i>“(Capitão Silva Pereira) Foi um chefe militar que comandou o exército da Junta Provisória do Supremo Governo do Reino, distinguiu-se nas guerras liberais e na guerra da Patuleia e na minha opinião isso tornou-o bastante importante para a nossa história”.</i>

“(Mouzinho de Albuquerque) teve papel importante para as colónias portuguesas na África”.

Feita essas considerações, os alunos tiveram de, em seguida, avaliar se faria sentido que a personagem histórica homenageada na toponímia local fosse mencionada nos manuais escolares. Buscávamos aqui responder se o que é estudado em contexto escolar deveria, na ótica dos alunos, encontrar eco no espaço citadino e cotidiano.

Nesta senda, verificamos uma quase unanimidade nas respostas no sentido de incluir nos manuais escolares figuras que marcam a toponímia local e que foram assinalados pelos alunos como pessoas com impacto a nível nacional, sendo que apenas um aluno mostrou-se indeciso quanto à questão.

Nesse sentido, foi a resposta que se segue e que atenta para a importância da vinculação aqui defendida entre o património local e a matéria lecionada em sala de aula:

“Depende de como, de que modo, faria parte dos manuais. Na minha opinião, deveria sim ser falado, referido em certos momentos, momentos dos quais ele interveio, mas não acho que deveria ter, por exemplo, um capítulo inteiro para ele, pois com a minha pesquisa fiquei a perceber que José Mascarenhas Relvas foi sim importante, e eu nem fazia ideia de que existia e acredito que haja mais pessoas que não saibam também”.

De forma menos elaborada, mas nem por isso irrelevante, as demais opiniões apresentadas eram concordantes com a acima exposta. Os alunos opinaram no sentido de que é bom saber e contextualizar a toponímia local nas aulas de História ou se não, em uma aula onde haja maior correspondência com a matéria lecionada, como na resposta a seguir:

“Talvez no manual de literatura, visto que ele introduziu o neolusitanismo com origem na obra de António Nobre, nos manuais de história não acho relevante, pois não contribuiu nem influenciou diretamente na história”.

Já dentro das personalidades de âmbito regional (concelhio e municipal), foi demonstrado igual apelo, apesar de alguma, mas pouca, contestação. Dado o menor impacto

ou alcance dos feitos de nomes locais, muitos arguíram em prol das personalidades serem menos mencionadas, pelo que deduzimos uma mesma linha de raciocínio engendrada nos exemplos anteriores.

Ademais, isso demonstra, em alguma medida, uma valorização dos alunos em relação ao meio onde vivem e como enxergam o património local como um espaço histórico e, portanto, partícipe do conteúdo escolar. Como prova do que concluímos, apresentamos as respostas que se seguem:

“Na minha opinião, a personalidade poderia fazer parte dos manuais por ser, se calhar, uma curiosidade, mas não como matéria essencial, por causa do seu ofício. Esta personalidade poderia inscrever-se em partes da matéria que falam mais sobre a arte desenvolvida em Portugal”

“Na minha opinião, a personalidade que trabalhei poderia fazer parte dos manuais escolares num contexto de referência à mesma. No entanto, não vejo motivos para ser trabalhada efetivamente, uma vez que não é relevante para a história, sendo um personagem secundário da mesma”.

“Devido a sua contribuição especializada na área da pintura e da arte, penso que talvez esta personalidade poderia ser destacada nos manuais escolares nesses mesmos domínios tal como muitos outros nomes que são mencionados como exemplo”.

No seguimento do questionário, os alunos tiveram de preencher uma nova tabela na qual deveriam apontar nomes de personalidades que para eles faria sentido honrar na toponímia da cidade de Viseu dada a contribuição da personagem em uma área do engenho humano. O único critério a ser adotado era o de que a personagem deveria estar cronologicamente encerrada entre o século XV e o início da centúria passada, ou seja, dentro do período estudado neste ano letivo.

Inicialmente, verificamos que considerável parte dos alunos optou por não preencher a tabela com nome algum. Deduzimos daí a possibilidade de um desconhecimento de figuras importantes da história em diferentes níveis (local, regional e mundial) ou simples desinteresse, dado que aos discentes foram dados a conhecer várias personalidades, o que é inerente ao estudo de disciplinas que compõem o campo das ciências sociais.

Apesar disso, o nosso intuito era de, num primeiro momento, averiguar se a influência pela qual eles defendiam a toponímia local nos manuais também se verificava em sentido contrário, ou seja, se havia nos manuais escolares personalidades – locais ou não – que, dada as suas contribuições na história poderiam ser absorvidas pela cultura local e também buscamos saber se a tendência para o regionalismo verificado no primeiro questionário seria confirmada.

Os resultados obtidos podem ser dispostos nas duas tabelas que se seguem:

Tabela 2 – Sugestão de nomes para as ruas da cidade de Viseu

PERSONALIDADES REGIO- NAIS	PERSONALIDADES NACIO- NAIS	PERSONALIDADES INTER- NACIONAIS
António Alves Martins	Marquês de Pombal	Karl Marx
Augusto Hilário	Afonso Costa	Alfredo Keil
Grão Vasco	D. Manuel II	Vasco da Gama
Aquilino Ribeiro	José da Silva Carvalho	Padre António Vieira
	Fontes Pereira de Melo	Marie Curie
	Beatriz Ângelo	Charles Darwin
	José Relvas	Isaac Newton
	Manuel de Arriaga	Egas Moniz
	Mouzinho Albuquerque	Claude Monet
	Marechal Saldanha	Paul Cézanne
	Aurélia de Sousa	William Harvey
	Emídio Navarro	Camilo Castelo Branco
		Eça de Queiroz
		Luís de Camões
		William Shakespeare

Fonte: elaboração própria.

Notou-se, portanto, que diferente do que fora verificado anteriormente, aqui os alunos nomearam muito mais personalidades mundialmente conhecidas do que locais, pensando para uma sobreposição do carácter globalizante sobre o regional. Logo, compreendemos que os alunos dão à cidade uma importância cosmopolita, talvez dado o facto de ser capital de distrito e polo de atracção de muitos imigrantes na perspectiva deles. Ao mesmo tempo, uma vez que a maior parte deles reside em vilas e aldeias circundantes, optam por regionalizá-las face a “cidade grande” utilizando como meio a toponímia.

Assim, em resposta a nossa pergunta norteadora, qual fosse: “como o conhecimento toponímico da cidade pelos jovens pode ajudar na integração de imigrantes na comunidade local” entendemos que essa resposta estará condicionada ao espaço de convívio do estrangeiro.

Em contrapartida, se seu ambiente de convívio for mais afastado, mais deverá ele carecer de uma capacidade adaptativa e genuíno interesse em compreender e valorizar os elementos caracterizadores daquela região que são identificados e preservados pelos locais.

Os alunos ainda tiveram de preencher nova tabela com iguais dados, mas relativo a personalidades do presente em virtude de suas contribuições em diferentes áreas. Nos dois casos, todos eles foram instruídos da não obrigatoriedade de preencher exaustivamente os campos.

Deste modo, interessava-nos averiguar quão consensual poderia ser a opinião deles sobre nomes atuais, se estes seriam de relevância apenas em âmbito local ou nacional e observar se, na sua ótica, o reflexo do presente eclipsa o do passado.

Tabela 3 – Sugestão de nomes do presente para as ruas da cidade de Viseu

PERSONALIDADES REGIONAIS	PERSONALIDADES NACIONAIS	PERSONALIDADES INTERNACIONAIS
D. António Luciano	Clara de Sousa (Jornalista)	Nelson Mandela
	José Alberto Carvalho (jornalista)	Papa Francisco
	Vítor Gonçalves (jornalista)	

	Rodrigo Guedes Carvalho (jornalista)	
	Gouveia e Melo	
	Almeida Rodrigues (político)	
	Manuel Alegre	
	João Tordo	
	Diogo Rocha	
	Ruy de Carvalho	
	Ivandro (músico)	
	João Catalão (engenheiro)	
	Cristiano Ronaldo	
	João Félix	
	António Silva (futebolista)	

Fonte: elaboração própria.

Dos 28 alunos que responderam, apenas 11 optaram por prestar homenagens a figuras do presente, o que permitiu-nos compreender que uma maioria entende ser demasiado cedo para prestar honrarias a figuras que ainda estão a erigir seu legado na história. Além disso, houve uma menor dispersão na quantidade de nomes apontados: dezoito contra trinta e um.

Revelou-se consensual apenas o nome do futebolista Cristiano Ronaldo, embora sejam os contributos no jornalismo que mais ganharam destaque aos olhos dos participantes da pesquisa. Isso se deve, acreditamos, a uma maior preferência pelo consumo de material jornalístico e ao engajamento na política demonstrado, por exemplo, na participação de grande parte dos alunos no Parlamento dos Jovens de 2024.

Ademais, ficou evidente um certo privilégio de personalidades que marcam o espaço nacional. Eles buscaram nomes que, se não pacíficos, ao menos populares, o que torna plausível inferir que devem ser conhecidos do público geral, inclusive imigrantes. Apenas o nome de D. António Luciano, bispo da cidade, marcou o cenário regional enquanto o do Papa Francisco a nível internacional fecha a lista de religiosos.

Finalmente, os alunos foram interpelados sobre o impacto sentido no estudo da história a partir de uma personagem que marque a toponímia local. Esse dado era sensível na medida em que um dos objetivos específicos do nosso trabalho era o de compreender de que maneira esse conhecimento pode ser integrado às aulas de ensino da história.

Uma vez que adotamos o conceito postulado por Powys (1936, p. 11) de que cultura é “o que resta depois de teres esquecido tudo aquilo que te dispusestes a aprender”, buscamos mensurar o aproveitamento desse tipo de estudo e seu impacto na aprendizagem dos alunos:

Tabela 4 – Aproveitamento da análise na ótica do aluno

Questão	Resposta e número de vezes que foi assinalada	
	Sim	Não
Fez com que a matéria lecionada se tornasse mais fácil	14	14
Ajudou-me a compreender matérias antes ensinadas	10	18
Tornou história mais interessante	20	8
Despertou-me algum interesse pelo período	15	13
Despertou-me algum entusiasmo em conhecer outras personalidades	19	9
Fez com que eu me sinta mais familiarizado com a cidade de Viseu	14	14
Fez com que eu queira ser lembrado no futuro por outras gerações	17	11

Fonte: elaboração própria.

Embora o levantamento biográfico tenha sido feito já no fim do ano letivo, metade da amostra admitiu que a matéria ensinada anteriormente tornou-se mais fácil. Compreendemos que isso se deu pelas correlações que os alunos possam ter feito entre a vida da pessoa e os eventos antes ensinados em contexto de aula.

Julgamos que os resultados seriam ainda melhores se esses trabalhos tivessem sido desenvolvidos ao longo no ano letivo. Caso fosse dado relevo às personagens que marcam a toponímia local na medida em que suas vidas coincidissem com a matéria lecionada (guerras liberais, período regenerador, crise finissecular, primeira república...), mais alunos poderiam ter desenvolvido sua compreensão histórica.

Em contrapartida, vinte dos vinte e oito alunos passaram a se interessar mais pela matéria. Esse facto sinaliza para a possibilidade de uma articulação entre o ensino de história e a investigação da vida de pessoas reais que, em maior ou menor medida, tiveram participação nos eventos. Consequência disso, deduzimos, é uma aproximação natural, e não imposta, entre o aluno e seu objeto de estudo.

Essa opinião é corroborada pelo interesse manifestado por eles em conhecer outras personalidades a partir de uma primeira. Esse fator torna-se uma motivação para nós na medida em que se acenou para a possibilidade de alargar essa dinâmica e dar uso a ela com mais biografias e, por consequência, alargar o conhecimento dos discentes sobre os nomes que marcam as ruas viseenses.

Sobre este último fator, reforça que o estudo biográfico desenvolvido permitiu que metade da amostra se sentisse mais familiar com a cidade na medida em que passaram a conhecer melhor uma das ruas do entorno da escola que frequentam. Essa noção de pertença que a familiarização permite, dá azo para um maior zelo e conservação daquilo que é caro para o indivíduo.

Considerações Finais

O presente trabalho teve por base o desenvolvimento de um estudo que visasse analisar como é que o conhecimento toponímico local contribui para a aprendizagem da História. Do enquadramento teórico realizado na primeira parte deste trabalho, pudemos concluir que a toponímia é um dos muitos patrimónios herdados por uma coletividade. Assim, incorporando a sua cultura, deve ser devidamente preservado e assimilado ao mesmo tempo que a ele pode ser acrescido de outras contribuições, seja da geração presente ou das vindouras. Logo, a toponímia traz consigo um carácter mutável e aberto a novas influências.

Esse conjunto de características revela-se interligado com diversas gerações e acontecimentos de maior ou menor monta e representa um elemento da cultura de um mesmo povo. O fator intrínseco de aglutinação cria coesão e concede identidade a um grupo de indivíduos que passam a ver-se como diferentes face aos demais.

Tendo em consideração o avanço quase inexorável da globalização, uma primeira impressão que muitos podem ter é a de um processo de homogeneização, em que as diferenças entre povos e países se esbateria, tendendo a um igualitarismo identitário em que a ideia de haver um "outro" é excluído e, por conseguinte, a perda de uma particularidade caracterizadora.

Contudo, observamos neste estudo que a valorização do património local consubstanciada na toponímia da cidade seria uma saída alternativa para a manutenção e fortalecimento das características da cidade de Viseu que, dentro do contexto nacional, tem sido ainda um grande polo de atração para imigrantes que ao chegar na cidade desconhecem a sua história.

Sendo as escolas instituições de educação formal, estas podem contribuir tanto para o senso de preservação quanto de conhecimento histórico, uma responsabilidade que vai além de atender diretrizes estabelecidas por entidades governamentais. Assim, a ideia central é que professores trabalhem em conjunto com as cidades e promovam juntas um espaço público educador, tal qual almejado pela Carta das Cidades Educadoras.

Instigados a refletir sobre o tema a partir da localidade onde residem foi, para a maioria, a primeira vez que os alunos desta pesquisa passaram a pensar acerca da toponímia.

Reconheceram, em síntese, que há uma razão para escolha dos nomes homenageados, seja ela mais ou menos nobre, puderam refletir e valorar personalidades nunca antes pensadas, seja um padre que ajudava a comunidade local ou um homem responsável pelo asfaltamento da rua onde reside.

Outro objetivo deste nosso trabalho era o de demonstrar aos alunos a importância de feitos históricos e como estes tornavam uma pessoa elegível para marcar a toponímia local. Concluímos que esse intuito obteve êxito na medida em que os estudos biográficos realizados em diferentes momentos fomentaram o debate e a análise de eventos por um prisma diferente do habitual, onde importava não só a cadeia de eventos em si, mas a postura adotada por célebres personagens da história nacional aquando da ocorrência daqueles eventos.

Ademais, uma vez que boa parte dos alunos participantes das atividades promovidas manifestaram interesse e entusiasmo ao conhecer mais a fundo a biografia de personalidades históricas ilustres, este mostrou-se um bom caminho a ser explorado pelos docentes de história. Assim, uma solução por nós identificada é um aprofundamento do ensino da história da vida privada.

Apesar do desconhecimento inicial e posterior entusiasmo suscitado pelas personagens estudadas na última das atividades propostas, desenvolveu-se uma empatia que pode, por sua vez, desembocar na capacidade de identificar personalidades dignas de honra ou repulsa por parte da sociedade.

Essa assimilação, a possibilidade de construir de forma crítica, autónoma e independente um julgamento de valor pessoal e objetivo, é essencial na formação cívica e cidadã. A disciplina de História vai muito além de se ensinar eventos, locais, datas e personagens. Ela passa pela capacidade empática, compreensão da realidade e tomada de consciência feita não somente a partir dos olhos do presente, mas por elementos objetivos dissociados do tempo cronológico.

Em resposta à nossa questão inicial: “em que medida o conhecimento toponímico local pode contribuir para a consciência histórica dos alunos?”, concluímos que o discernimento e clareza na construção de um raciocínio elaborado sobre o passado é fundamental na busca por selecionar nomes, praças e eventos dignos de marcar a

paisagem e a toponímia de uma cidade e que, uma vez incorporados por uma sociedade, devem ser transmitidos àqueles que nela venham a tomar parte. Por mais evidente que possa ser, constatamos que, antes da realização deste estudo, este facto não estava introjetado nos alunos, de forma que essa conscientização prova-se carente de ser disseminada e trabalhada nas escolas como um todo.

No trabalho desenvolvido com os alunos, eles concluíram que a toponímia local cumpre requisitos morais (elementos objetivos) e, por isso, lhes pareceu, em grande parte, merecedores de homenagens com ruas, travessas e avenidas dentro da cidade. Na medida em que mais alunos sejam despertados para isso, sejam eles naturais ou estrangeiros, a tendência é que a aculturação ganhe corpo e forma, tornando esse conhecimento um elemento caracterizador desta sociedade urbana em que o património e a identidade são realçados e valorizados na vida do indivíduo local ou recém-chegado. Assim, vemos no conhecimento toponímico local a possibilidade de robustecer a identidade regional sem se isolar da globalização que marca o mundo atual.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Rafaelle; DARGEL, Ana – **Toponímia e ensino: aspecto antropocultural** [Em linha] [Consult. 5 abr. 2024]. Disponível em WWW:<URL:http://www.filologia.org.br/xiii_SINEFIL/completos/toponimia_RAFAELLE.pdf>.

ALVES, Luís Alberto Marques – Educação histórica e formação inicial de professores. **Vinte anos das Jornadas Internacionais de Educação Histórica / XX Congresso Internacional das Jornadas de Educação Histórica**. 2021) 127–140.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS – Carta das Cidades Educadoras, 2020. [Consult. 26 abr. 2024]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.edc-ities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2023/02/Carta-das-cidades-educadoras-pt.pdf>>.

BARZUN, Jacques – **Da alvorada à decadência: de 1500 à actualidade, 500 anos de vida cultural do Ocidente**. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 2003

CARVALHO, Olavo De – Jovens paranaenses. Em BRASIL, FELIPE MOURA (Ed.) – **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013. ISBN 978-85-01-10059-7

CORREIA, Luís Miguel – Paisagem e Monumentos de Portugal: Images do Ressurgimento Nacional. **Estudos do Século XX**. 18 (2018) 190–219.

CUCHE, Denys – **A noção de cultura nas ciências sociais** Verbum. Brasil: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999. ISBN 85-86259-59-4.

CUETOS, Maria Pilar García – **El patrimonio cultural. Conceptos básicos** Textos Docentes. 1. ed. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2012. ISBN 978-84-15274-56-8.

DICK, Maria – Toponímia e Imigração no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. 1988) 83–92.

FERREIRA, Arminda; BARCA, Isabel; ALVES, Luís Alberto Marques – Aprender e Ensinar História: assumir a localidade como laboratório didático. **Boletim Cultural**. 2020) 22.

FUCHS, Cláudia; SCHÜTZ, Jenerton Alan – Identidade em construção (?): reflexões acerca da globalização. **Revista Missioneira**. 19:2 (2017) 39–50.

KELLER, Tatiana; LEÃO, Rosa Maria Albuquerque – Toponímia, história e memória: nomes das ruas do bairro Centro da cidade de Santa Maria/RS. **Entrepalavras**. 10:3 (2020) 1–24.

LARAIA, Roque De Barros – **Cultura: um conceito antropológico** Antropologia Social. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. ISBN 85-7110-438-7.

LOPES, Marisa Alexandra Da Silva – **Metodologias ativas vs passivas: afinal qual a diferença no ensino de Geografia?** [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, 5 set. 2023 [Consult. 2 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:<https://hdl.handle.net/10216/152679>>.

MARRERA, Fernando Milani; SOUZA, Uirys Alves DE – A tipologia da consciência histórica em Rüsen. **Revista Latino-Americana de História**. 2:6 (2013) 1069–1078.

MENDES, António Rosa – **O que é património cultural** [Em linha]. Lisboa: Gente Singular, 2012 [Consult. 14 jan. 2024]. Disponível em WWW:<URL:<https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/2506/1/O%20que%20c%83%c6%92%c3%82%c2%a9%20Patrim%20c%83%c6%92%c3%82%c2%b3nio%20Cultural%20%28miolo%29.pdf>>.

MESQUITA, Ana Filipa Vasques Rodrigues – **Lugares de memória no ensino da História Contemporânea – Alunos e familiares redescobrimo património(s)** [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, 13 set. 2013 [Consult. 7 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/70735/2/28540.pdf>>.

PINTO, Maria Helena Mendes Nabais Faria – **Educação histórica e patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente** [Em linha]. Braga: Universidade do Minho, set. 2011 [Consult. 2 dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL:<https://hdl.handle.net/1822/19745>>.

PINTO, Maria Helena Mendes Nabais Faria – O Património cultural no ensino de História: entre teoria e prática. **Fronteiras: Revista de História**. 21:38 (2020) 10–22. ISSN 2175-0742.

SCHIMDT, Maria; URBAN, Ana – Aprendizagem e formação da consciência histórica: possibilidades de pesquisa em Educação Histórica. **Educar em Revista**. 60 (2016) 17–42. doi: [10.1590/0104-4060.46052](https://doi.org/10.1590/0104-4060.46052).

SOARES, Maria De Lourdes – Eduardo Lourenço e as labirínticas relações Brasil-Portugal. **Revista Letras**. 59 (2003) 215–223.

UNESCO – Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 17 out. 2003. [Consult. 26 abr. 2024]. Disponível em WWW:<URL:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>.

VASCONCELLOS, José Leite De – **Lições de philologia portuguesa dadas na Biblioteca Nacional de Lisboa** [Em linha]. [S.l.]: Lisboa A.M. Teixeira, 1911 Disponível em WWW:<URL:<https://archive.org/details/liesdephilol00vascuoft/mode/2up>>.

Anexos

Anexo A – Primeiro questionário



Questionário I

11.ºano – Turma _
Estagiário Gabriel Marques

20.02.2024

1. A rua na qual moras foi batizada com o nome de uma pessoa?

• SIM

• NÃO

2. Se tiveres respondido não, há alguma rua no entorno da tua casa que tenha o nome de uma pessoa? Como se chama?

3. Alguma vez já te perguntaste quem terá sido essa pessoa?

• SIM

• NÃO

4. Se tiveres respondido sim, na tua ótica, essa pessoa faz jus à homenagem recebida? Justifica.

5. Achas importante saber quem é ou foi essa pessoa? Justifica.

6. Concordas que homenageemos personalidades com nomes de ruas? Justifica.

7. Se tiveres respondido sim, que critérios adotarias para batizar uma rua com o nome de alguém?

8. Se te fosse possível escolher, manteria o nome da rua onde moras ou alterarias? Porquê?
9. Gostarias de ser homenageado tendo uma rua com o teu nome? Porquê?

Anexo B – Instruções para elaboração de atividade em grupo

ESCOLA SECUNDÁRIA EMÍDIO NAVARRO – VISEU

TRABALHOS DE GRUPO

TEMA GERAL / DOMÍNIO– A IMPLANTAÇÃO DO LIBERALISMO EM PORTUGAL

Grupo	Elementos	Subdomínio/Tema
GR1		Os antecedentes da revolução e a conjuntura revolucionária (1806/7 – 1820)
GR2		O eclodir da revolução liberal de 1820 e a Constituição de 1822. O triunfo do vintismo.
GR3		A independência do Brasil – A conjuntura de 1807 a 1822.
GR4		A resistência ao liberalismo. A Contrarrevolução e a Carta Constitucional (incluir quadro comparativo entre a Constituição e a Carta Constitucional)
GR5		A resistência ao liberalismo. O regresso à monarquia absoluta e a guerra civil. A vitória definitiva do liberalismo
GR6		A revolução de setembro de 1836 e a atuação do governo Setembrista.
GR7		O cabralismo e o regresso a Carta Constitucional.

Procedimentos iniciais:

- Começar por definir o principal problema em questão [situação problema];
- Encontrar a(s) questão(ões) orientadoras da investigação [eixos de pesquisa];
- Estruturar tópicos a desenvolver para resolver as questões orientadoras (pré-índice);
- O trabalho comporta três fases, investigação, elaboração e apresentação;
- Faz parte integrante do trabalho a seleção / criação de um episódio representado (recriado) pelos elementos do grupo no dia da apresentação do trabalho;
- O trabalho será desenvolvido no 1.º e 2.º períodos, sendo apresentado no 3.º período;
- O trabalho constitui um instrumento de avaliação que será cotado para 200 pontos e será integrado em termos avaliativos no 3.º período.

Regras de funcionamento:

1. Os alunos de cada grupo desenvolvem o respetivo subtema /subdomínio partindo, sempre, do manual.
2. Devem mostrar que recorreram complementarmente a fontes da internet e a uma fonte da biblioteca da escola / de outra biblioteca (que serão citadas na bibliografia).
3. Serão disponibilizadas 2 aulas para início da estruturação do trabalho e primeiras investigações. O restante tempo a utilizar fica a cargo dos alunos fora das aulas.
4. O trabalho poderá ser realizado em word, Powerpoint ou outra forma, como Padlet ou outro programa que o grupo considerar pertinente (mas integra sempre uma parte de representação na qual participam todos os elementos).
5. A estrutura de desenvolvimento do trabalho deverá obedecer:
 - a. Introdução
 - b. Contexto em que surgiu o trabalho;
 - c. Tema, problema e questões orientadoras;
 - d. Organização/estrutura do trabalho;
 - e. limitações do trabalho [texto breve, claro].

Índice (partindo de um plano organizado previamente);

Desenvolvimento

Organizar o trabalho em tópicos – títulos [que depois são integrados no índice – ter presente os tópicos iniciais propostos para resolver as questões orientadoras], considerando as questões aprendidas no ano transato e no início do presente ano:

- O quê?
- Quando?
- Onde?
- Quem?
- Porquê?
- Para quê?

Conclusão

- Resumo das principais ideias;
- Se essas ideias responderam ao problema e questões orientadoras traçadas;
- Como é que o grupo se sentiu ao fazer o trabalho?
- O que os elementos do grupo aprenderam (em termos científico e das relações)
- Que outros aspetos dentro do mesmo subtema/ domínio gostaria de desenvolver futuramente.

Reflexão

- A partir do tema e dos personagens trabalhados, busque responder, de forma fundamentada aos seguintes questionamentos:
- Se te fosse atribuído o encargo de dar a um logradouro (avenida, rua, largo, praça...) o nome de um dos personagens trabalhados, a quem seria? E a quem você negaria esse préstimo? Por quais razões?
- Faria isso com uma das ruas da cidade de Viseu? Se sim, escolheria qual? Se não, faria em alguma outra cidade do país?

- Quais critérios utilizaria (dimensão ou importância da rua, relação do local com a história ...)?
- Na sua perspetiva, achas que seja importante para um imigrante saber quem foi alguma das personagens trabalhadas pelo teu grupo, que ajudaria a melhor conhecer Portugal e sua História? Vê nisso alguma importância ou te é indiferente? Justifica.

Fontes/bibliografia

Exemplo:

Livro

Rosas, M.A.M.; Couto, C.P. ; Costa, A.; Santos, A. C. (2021). Entre tempos. História A - 11.º (parte 2). Porto: Porto Editora, pp....

Artigo da Internet numa revista

Autor (data). Título do artigo. Revista, volume (n.º), páginas (ex. 33-34). Disponível em...

(colocar endereço)

Endereços abertos da internet não integrados em revistas:

Autor (data). Título. Data de acesso. URL (endereço eletrónico).

A apresentação deverá incluir:

- Uma breve representação – cerca de 10 minutos;
- Uma pequena ficha de revisão (por exemplo em Microsoft forms ou kahoot);
- Poster
 - Elaborar uma síntese do trabalho, utilizando imagens e texto, mas apenas num único diapositivo / cartaz
- Avaliação
- Os critérios de avaliação seguem os três domínios definidos nos critérios específicos da disciplina, em que os alunos demostram as competências no

âmbito da análise das fontes, da compreensão histórica e da comunicação em História (oral e escrita).

Nota: o trabalho deverá ser entregue até final do 2.º período, mas é avaliado no contexto do 3.º período. Neste período é também feita a apresentação.

Os professores

João Esteves Salgueiro, João Paiva e Gabriel Marques

11/12/2023

Anexo C – Reflexão crítica

Tendo presente a biografia realizada e **utilizando** as informações coletadas e os conhecimentos adquiridos ao longo das aulas para responder as seguintes questões:

1. **Assinale** o teu nível de concordância acerca da **personagem** por você biografada sobre os aspetos a seguir, considerando cinco como “concordo plenamente” e um “discordo plenamente”:

PERCEÇÃO	NÍVEL DE CONCORDÂNCIA				
	5	4	3	2	1
BONDADE					
JUSTIÇA					
RESPONSABILIDADE					
INTELIGÊNCIA					
CORAGEM					
HONRA					
PERSEVERANÇA					
DISCIPLINA					
GENEROSIDADE					
DEDICAÇÃO					

2. Assinale o teu nível de concordância acerca da **homenagem** prestada a personagem por você biografada, considerando cinco como “concordo plenamente” e um “discordo plenamente”:

PERCEÇÃO	NÍVEL DE CONCORDÂNCIA				
	5	4	3	2	1
MERECIDA					
NECESSÁRIA					
IMPOR- TANTE					
CURIOSA					

3. Se dependesse de você, homenagearia e daria reconhecimento a essa personagem a nível (assinale quantas opções julgar relevante):

- Municipal
- Concelhio
- Nacional
- Europeu
- Mundial
- Não daria reconhecimento algum

3.1 Justifique as opções por você assinaladas.

4. Para você, faria sentido ter o nome da personagem por você trabalhada nos manuais escolares? Por quais razões?

5. Considerando o período histórico estudado neste 11.º ano (Séculos XV-1910), batizaria, em Viseu, ruas com nomes de alguma personagem do passado por sua contribuição no meio:

	SIM	NÃO	QUEM?
Político			
Musical			
Militar			
Religioso			
Científico			
Engenheiro			

Artístico			
Educação			
da Saúde			
Literário			

6. Considerando a atualidade e o mundo que o rodeia e como o percebe, batizaria, em Viseu, ruas com nomes de alguma personagem do passado por sua contribuição no meio:

	SIM	NÃO	QUEM?
Político			
Musical			
Militar			
Religioso			
Científico			
Engenheiro			
Jornalístico			
Artístico			
Educação			
da Saúde			
Literário			
Musical			
Desportivo			

7. Conhecer a personagem histórica (assinale quantos pontos desejar):

	SIM	NÃO
Fez com que a matéria lecionada se tornasse mais fácil		
Me ajudou a compreender matérias antes ensinadas		

Tornou História mais interessantes		
Me despertou algum entusiasmo pelo período		
Me despertou algum entusiasmo em conhecer outras personagens		
Faz com que eu me sinta mais familiarizado com a cidade de Viseu		
Faz com que eu queira ser lembrado no futuro por outras gerações		

8. Outros comentários que desejes fazer:
